

RELATÓRIO INSTITUCIONAL 2025



Há 57 anos, a OPAN atua pelo fortalecimento do protagonismo indígena no cenário regional, valorizando sua cultura, seus modos de organização social através da qualificação das práticas de gestão de seus territórios e recursos naturais, com autonomia e de forma sustentável.

Historicamente, as equipes indigenistas multidisciplinares da OPAN realizam trabalhos de base junto aos povos indígenas em eixos como política, terra, saúde e economia. A metodologia de trabalho da OPAN é pautada na ação direta, por meio do convívio e do envolvimento no cotidiano das aldeias, que são o núcleo orientador das propostas e desenvolvimento dos projetos.

Entre os objetivos da OPAN estão a defesa dos direitos humanos, o apoio a povos indígenas e populações tradicionais, o reconhecimento dos direitos indígenas, a conservação do meio ambiente, o desenvolvimento de pesquisas antropológicas, socioeconômicas e ambientais, além da formação de equipes para a execução de projetos. Nesse sentido, é histórica a contribuição da OPAN na capacitação de indigenistas através de seu curso de formação, oferecido em diferentes modalidades ao longo de toda a sua história.

Publicado por:

Operação Amazônia Nativa (OPAN)

Cuiabá, MT | Av. Ipiranga, 97, Goiabeiras | CEP 78032-035 | +55 (65) 3322-2980

Lábrea, AM | Av. 22 de Outubro, 1759, Centro | CEP 69830-000 | +55 (97) 3331-1737

E-mail: secretaria@amazonianativa.org.br

Website: amazonianativa.org.br

Foto de capa: Mulheres do povo Deni do Xerua, por Adriano Gambarini/OPAN

Foto contracapa: Vista aérea do Rio Juruena (MT). Foto: Adriano Gambarini/OPAN

Projeto gráfico e diagramação: Alessandra Bernardes

©OPAN 2026

OPAN RELATÓRIO INSTITUCIONAL 2025

Operação Amazônia Nativa - OPAN

Cuiabá (MT), Brasil – maio de 2026





Aldeia Boiador, Terra Indígena Deni (AM). Foto: Adriano Gambarini/OPAN

EXPEDIENTE

Redação:

SETOR DE COMUNICAÇÃO (BRUNA PINHEIRO/FORMAD, DAFNE SPOLTI, HELENA COREZOMAÉ, TALITA OLIVEIRA E TÚLIO PANIAGO), DANILO SANTOS NEVES, GUSTAVO SILVEIRA, MARIANA LACERDA, MÁRCIA DIAS, MAITÊ TAMBELINI, TAINARA DE PROENÇA E RENATO ROCHA

Revisão:

ANDREIA FANZERES, FELIPE ROSSONI, LILI XAVIER, LUCIANA REBELLATO, LOLA CAMPOS, RENATO ROCHA, GUSTAVO SILVEIRA E IVAR BUSATTO

Foto de capa:

MULHERES DO POVO DENI DO XERUÃ. FOTO: ADRIANO GAMBARINI/OPAN

Mapas:

RICARDO CARVALHO E CRISTIAN FELIPE RODRIGUES PEREIRA

Projeto gráfico e diagramação:

ALESSANDRA BERNARDES



SUMÁRIO

Apresentação

1. Justiça Climática na COP30 // PAG 11

2. Territórios Vivos, Coletividade e Direitos Garantidos // PAG 29

3. Incidência Nacional e Internacional // PAG 68

4. Comunicação // PAG 75

5. Transparência // PAG 77

6. Equipe OPAN 2025 // PAG 78

7. Financiadores // PAG 81

Endereços e Contatos // PAG 83



Menina do povo Rikbaktsa (MT) em meio à fumaça. Foto: Ahmad Jarrah/OPAN

APRESENTAÇÃO

Todos os povos do mundo têm vínculos com seus territórios de origem. As comunidades mais tradicionais e os povos indígenas nos mostram e nos ensinam, todos os dias, como se forma a identidade e como se constroem as organizações sociais a partir de um pertencimento a um espaço geográfico. Os mitos de origem de cada povo explicam a natureza e indicam o comportamento, a cultura e a visão simbólica do mundo de cada sociedade.

Para nós, está gravada no coração de nossa instituição a importância da Pachamama, da Mãe Terra, para cada povo indígena.

O relatório da OPAN do ano de 2025 oferece uma boa ideia dos caminhos percorridos para que a nossa casa comum continue viva.

Todos os esforços e todos os diálogos — desde tudo o que envolve a Conferência Mundial do Clima até as conversas à beira do fogo, nas matas ou navegando num barquinho — nos levam a compreender e a buscar possibilidades para garantir a legalidade, o cuidado e o zelo com os territórios, visando uma vida digna para todos.

Mas não caminhamos sós!

O diálogo e as muitas parcerias com todos os setores da sociedade, principalmente com as comunidades locais que se envolvem e buscam soluções na defesa dos territórios, de suas economias e de seus processos educacionais, nos conduzem a estabelecer, sempre que possível, acordos de cooperação, visando superar tantos desafios impostos aos povos e comunidades historicamente relegados.

Este é um relato dos trabalhos da Operação Amazônia Nativa — OPAN — no ano de 2025.

Ivar Luiz Vendruscolo Busatto
Coordenador geral da OPAN



United Nations
Climate Change

COP30
BRASIL
AMAZONIA
BELEM 2025

WELCOME TO #COP30
EM VÍCIO DE BOMBARDEIO

Espaço onde aconteceu a COP30, em Belém (PA). Foto: Dafne Spolti/OPAN

1. JUSTIÇA CLIMÁTICA NA COP30

No ano de 2025 a pauta climática esteve no centro dos trabalhos da OPAN junto aos povos indígenas. A partir da experiência de uma década acompanhando as Conferências das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (COPs), a instituição se fez presente na COP30, realizada em Belém, no Pará, defendendo o lugar dos povos indígenas e comunidades tradicionais na construção das políticas climáticas. Ao longo do ano, foi dado apoio à estruturação e divulgação de iniciativas de produção sustentável e experiências de adaptação às alterações no clima vivenciadas nos territórios. A instituição também se movimentou para fortalecer espaços de discussão sobre pressões e ameaças, além de reforçar a principal pauta do movimento indígena brasileiro: a garantia do direito à terra.

A histórica homologação da Terra Indígena Manoki (MT) e a luta pela regularização fundiária no país

O anúncio de avanços nos processos de demarcação de terras indígenas durante a COP30 foi uma das conquistas mais importantes do evento para os povos indígenas. Sob a campanha “A Resposta Somos Nós”, junto a outras populações tradicionais, os indígenas do país reafirmam a garantia do território, por onde se faz a vida, no enfrentamento da crise climática.



Anúncio de demarcações e avanços nos processos fundiários de 38 terras na COP30, em Belém. Foto: Helena Corezomae/OPAN

Dentre os anúncios que fazem justiça à resistência de diversos povos e territórios, destaca-se a homologação da Terra Indígena Manoki, em Mato Grosso. Localizada na bacia do rio Juruena (região norte do estado), a conquista histórica é resultado de 40 anos de mobilização. Esse processo contou com o suporte da OPAN no levantamento da documentação que comprova o

uso e ocupação tradicionais e no monitoramento territorial liderado pelos Manoki. É uma vitória que atravessa gerações: dos anciãos aos jovens, a comunidade mantém vivo o valor sagrado de sua terra ancestral.

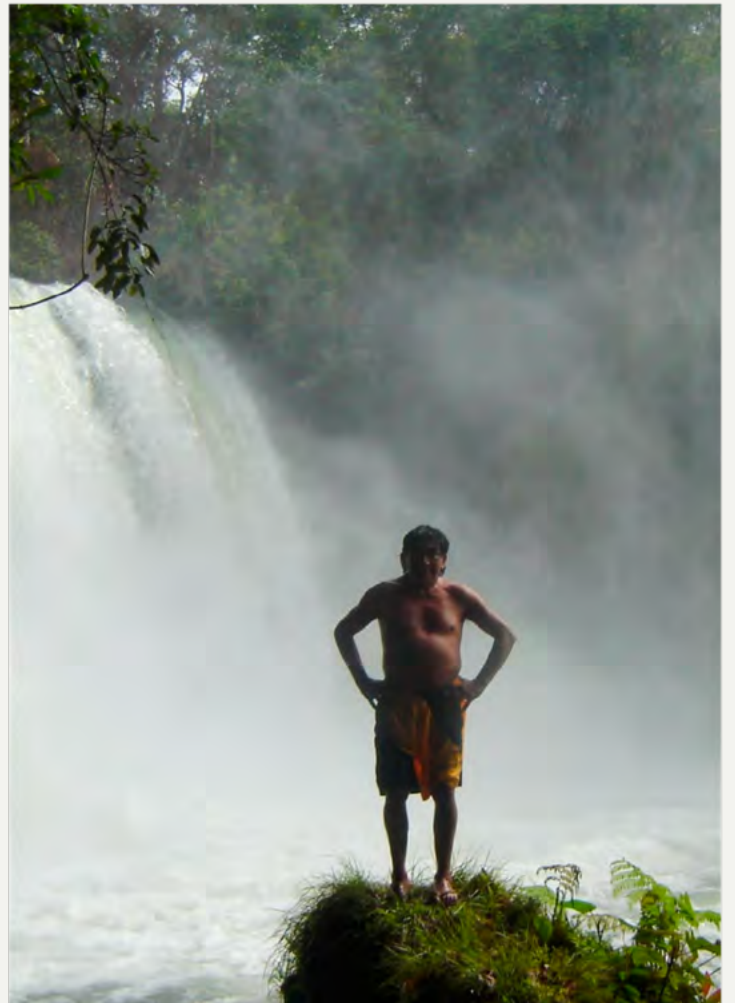
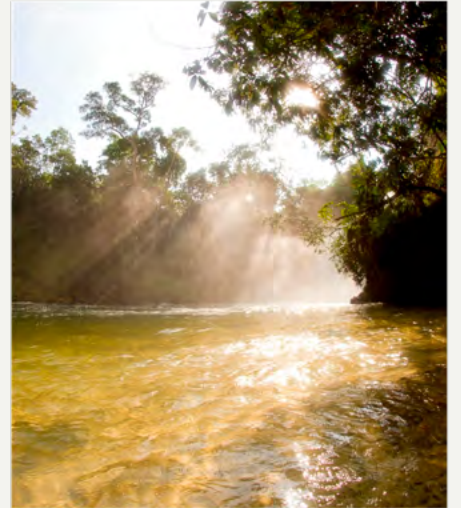
O decreto da homologação nº 12.723/2025 garante a legalidade de uma área de 253.245 hectares. Ele conjuga a TI Irantxe, para onde os Manoki foram levados em 1968, na Ditadura Militar, ao território tradicional, que aguardava a assinatura da Presidência da República desde 2008. Durante anos, a falta da regularização expôs o território Manoki a graves ameaças, ao desmatamento predatório para retirada de madeira e a expansão de fazendas ilegais dentro de seus limites.

A especulação sobre a terra mostra quase metade (48%) da área com sobreposição de Cadastros Ambientais Rurais (CAR). Ao se tratar de território tradicional de povo indígena, tais cadastros deveriam ser automaticamente invalidados. Mas agora, com a homologação, há perspectiva de que a terra fique protegida e de que a autonomia sobre sua gestão seja exclusivamente do povo Manoki.



Aniã Manoki. Foto: Acervo OPAN

“Um dia chega, a esperança um dia chega, porque a esperança é a última que morre. É difícil, é luta, é de perder a vida, mas nada é impossível. Nós queremos defender a criação de Deus, não desmatar. Queremos cuidar, trabalhar e viver nessa terra”, manifestou o cacique Manoel Kanunxi, ancião do povo Manoki.



Da esquerda para direita: 1 - Cachoeira. Foto: Flavio Souza/OPAN, 2 - Família no barco. Foto: Acervo OPAN. 3 - Rio. Foto: Flavio Souza/OPAN, 4 - Crianças no caminhão. Foto: Artema Lima/OPAN, 5 - Placa do território. Foto: Acervo OPAN e 6 - Manuel Kanunxi. Foto: Artema Lima/OPAN

Outros anúncios também foram celebrados pelos povos de Mato Grosso: a demarcação das Terras Indígenas Uirapuru e Estação Parecis, ambas na bacia do Juruena. Os Paresi tiveram que lidar com sofrimentos e perdas durante esse percurso, portanto a conquista é um alento ao povo. No Amazonas, foi um importante passo o Relatório Circunstanciado de Identificação e Delimitação (RCID), do povo Kulina do rio Ueré, na região do Médio Juruá.

Veja abaixo os territórios que tiveram avanços em sua demarcação no ano de 2025, conforme anúncio realizado na COP30:

TERRAS INDÍGENAS HOMOLOGADAS

TI KAXUYANA-TUNAYANA (PA-AM)

TI Uirapuru (MT)

TI Estação Parecis (MT)

TI Manoki (MT)

TERRAS INDÍGENAS DECLARADAS

TI VISTA ALEGRE (AM-MURA)

TI Tupinambá de Olivença (BA-Tupinambá)

TI Comexatiba (BA-Pataxó)

TI Ypoi Triunfo (MS-Guarani)

TI Sawary Ba'pim (PA-Munduruku)

TI Pankará da Serra do Arapuá (PE-Pankará)

TI Sambaqui (PR-Guarani)

TI Ka'aguy Hovy (SP-Guarani)

TI Ka'aguy Mirim (SP-Guarani)

TI Pakurity (SP-Guarani)

TERRAS INDÍGENAS COM RELATÓRIO CIRCUNSTANCIADO DE IDENTIFICAÇÃO E DELIMITAÇÃO (RCID)

TI CURRIÃ (AM-APURINÃ)

TI Riozinho Iaco (AC-Jaminawa e Manxineru)

TI Kulina do Rio Ueré (AM-Kulina)

TI Aracá Padauri (AM-Baré, Baniwa, Tariana, Tukano, Tuyuka, Pira-tapuya, Desana e Yanomami)

TI Gaviãozinho (AM-Kulina e Kanamari)

TI Pindó Poty (RS-Guarani Mbya)

TI Sambaqui (PR-Guarani)

TI Ka'aguy Hovy (SP-Guarani)

TI Ka'aguy Mirim (SP-Guarani)

TI Pakurity (SP-Guarani)

CONSTITUIÇÃO DE RESERVA INDÍGENA

KANELA DO ARAGUAIA (MT)

TI Krim Patehi (TO)

TI Laklaño Xokleng (SC)

TI Valparaíso (AM)

TI Uty Xunaty (RO)

TI Guajanaíra (PA)

TI Juruena do Km 17 (PA)

TI Jenipapeiro (BA)

TI Maturêba (BA)

TI Nazário e Mambira (CE)

CONSTITUIÇÃO DE GT | FORMALIZAÇÃO DE ESTUDOS MULTIDISCIPLINARES

TI NADĚB (AM)

TI Maraguá-Mawé (AM)

TI Tuyuka (AM)

TI Rio Paracuní e Curupira (AM)

Deni do Cuniuá (AM)

Chandless (AC)

Kanamari do Jutaí (AM)

Portaria de restrição de uso

TI Tanaru (prorrogação ADPF 991)

Adaptação climática em pauta na COP30 entre povos indígenas e populações tradicionais

A COP30 incorporou 59 indicadores de adaptação aos eventos climáticos, chamados Indicadores de Adaptação de Belém, com menção direta e atendimento a demandas dos povos indígenas, comunidades locais e afrodescendentes. Esses indicadores devem influenciar as políticas públicas nacionais e subnacionais na área, por isso são importantes.

O tema de adaptação aos impactos climáticos, incluindo eventos extremos como enchentes, secas por períodos prolongados, e outros, foi dialogado tanto fora da área oficial, quanto em eventos paralelos e de alto nível.

O evento **Soluções Territoriais para o Clima**, realizado na Zona Azul pela OPAN, Rede de Cooperação Amazônica (RCA) e o Instituto Socioambiental (ISA), oportunizou reflexões e propostas de solução vindas de diferentes territórios. O cacique Davi Kopenawa, do povo Yanomami, abriu a atividade. Ele falou sobre a vida e riqueza proporcionadas pela floresta, ao tempo que teceu críticas aos Estados Unidos pelos impactos climáticos provocados por sua política de produção e consumo.

A presidente da associação de mulheres Thutalinãnsu, Cleide Terena, da Terra Indígena Tirecatunga, em Mato Grosso, apresentou no evento o calendário ecológico atualizado de seu território, com medidas de adaptação construídas com grande participação da comunidade, tanto das mulheres quanto dos homens.

“Ficamos preocupados com esse contexto global das mudanças climáticas e percebemos isso no nosso território. Hoje trazemos nossa ferramenta porque precisamos que seja englobada dentro das políticas públicas e seja respeitada por toda a sociedade”.



Da esquerda para a direita: Cleide Terena (Thutalinãnsu), Ciro Brito, do ISA (mediador do evento), Luene Karipuna (RCA e AMIM), Davi Kopenawa (Associação Hutukara), Kátia Penha (Conaq) e Ewesh Yalapiti Wauará (Rede Xingu+). Foto: Dafne Spolti/OPAN

O evento teve apoio da Rede Xingu+, Coordenação Nacional da Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (Conaq), Associação Hutukara, Associação Thutalinãnsu, Instituto de Pesquisa e Formação Indígena (IEPÉ) e Articulação das Mulheres Indígenas em Mutirão (AMIM).

Outra experiência de adaptação que tem apresentado resultados importantes veio do povo indígena Kajkwakhratxi-Tapayuna. A proposta foi apresentada no evento **Roças Indígenas Resilientes: Estratégias de Adaptação às Mudanças Climáticas**, realizado no Museu Goeldi.

Após perderem muitos alimentos em decorrência dos grandes incêndios ocorridos em 2024, o líder Yaiku Sua Tapayuna e sua família implementaram um projeto piloto do “Sisteminha da Embrapa”, que associa a irrigação do roçado a um pequeno tanque de peixes, favorecendo a segurança alimentar e a produção de sementes. A experiência está mostrando como é possível usar esta tecnologia para fortalecer o modo indígena de produzir.



Apresentação sobre o sisteminha em evento no Museu Goeldi, na COP30. Foto: Dafne Spolti/OPAN

O evento foi realizado pela Associação Indígena Tapayuna (AIT), Amigos da Terra e OPAN, que vêm apoiando a implementação do Sisteminha. Também contou com a participação da Empresa Brasileira de Produção Agropecuária (Embrapa), criadora do sistema original que serviu como referência para a experiência Kajkwakhratxi-Tapayuna, e a Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai).

Thutalinãnsu nas telas

A história da associação das mulheres da Terra Indígena Tirecatinga é contada no documentário “Thutalinãnsu”. Realizado em parceria entre a associação, a OPAN e a Rede Audiovisual das Mulheres Indígenas – Rede Katahirine, o filme conta também com o apoio da Rede Juruena Vivo e do Instituto Catitu.

Dirigido por Helena Corezomaé e narrado pela jovem liderança Suyani Terena, o documentário apresenta a resistência das mulheres Thutalinãnsu. O filme destaca conquistas que beneficiam todo o povo, desde o fortalecimento da segurança alimentar — com a retomada de plantios tradicionais — até a geração de

renda por meio da costura e do artesanato. Além disso, registra o processo de gestão da própria associação por meio de capacitações em cooperativismo e associativismo.

A obra também revela o material pedagógico criado a partir do calendário ecológico do território. Na escola de Tirecatinga, os estudantes utilizam essa ferramenta desenvolvida a partir de conhecimentos tradicionais para dialogar sobre os ciclos da natureza, a presença de animais, frutos, rituais e as atividades que regem a vida do povo.



Realizadores e parceiros no lançamento do filme na Casa Maraká, da Mídia Indígena. Foto: Arquivo/OPAN

Com a atuação da Thutalinãnsu, a vida em Tirecatinga prospera. Assista ao trailer no [YouTube da OPAN!](#)



Comunidades tradicionais marcam posição para garantir visibilidade na UNFCCC

Povos indígenas e comunidades locais, que fizeram em Belém a “Marcha Global pelo Clima” e a marcha “A Resposta Somos Nós”, foram reconhecidos como atores centrais no enfrentamento à crise climática no texto final da Conferência do Clima. A conquista, resultado das diferentes maneiras de incidência dessas populações, foi acompanhada de outro importante avanço.

Um espaço privilegiado na Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (UNFCCC), a Plataforma de Comunidades Locais e Povos Indígenas (LCIPP) é a única instância da convenção constituída não apenas por representantes dos Estados, mas também por povos indígenas. Por meio do Fórum Internacional de Povos Indígenas sobre Mudanças Climáticas, chamado Caucus Indígena, sete representantes são indicados para compor o grupo facilitador da Plataforma, chamado Facilitative Working Group (FWG) em inglês.



Marcha COP 2025. Foto: Helena Corezomáé/OPAN

Com 10 anos de existência, foi a partir da criação de seu grupo facilitador, em 2018, que a Plataforma passou a garantir a efetiva execução das atividades, voltadas a três principais funções: compartilhamento e proteção de sistemas de conhecimentos para o enfrentamento da crise climática; desenvolvimento das capacidades para engajamento das populações, Partes e demais interessados na atuação da LCIPP; implantação de ações, programas e políticas de enfrentamento da crise climática, em respeito e promoção de direitos das comunidades e povos indígenas.



Reunião do FWG da Plataforma de Comunidades Locais e Povos Indígenas da UNFCCC na COP30. Foto: Dafne Spolti/OPAN

Visando o fortalecimento da Plataforma em seu potencial de diálogo direto com os Estados-membro da UNFCCC, a OPAN, junto ao Fórum Popular Socioambiental de Mato Grosso (Formad) e demais parceiros da sociedade civil, tem se esforçado para que a LCIPP possa contar também com representantes de comunidades tradicionais, como ribeirinhos, quilombolas, extrativistas, geraizeiros, quebradeiras de côco, povos ciganos e outros, de diferentes partes do mundo, nesse espaço de incidência.

Resultado de uma ampla mobilização, **foi lançado o Fórum Global de Comunidades Locais sobre Mudanças Climáticas**, composto por representantes do Brasil, Quênia, México, Nigéria, Uganda, Guatemala e outros. Agora, a LCIPP poderá contar com a participação das comunidades locais mais organizadas, que seguem lutando por lugares formais de contribuição na convenção.



Organizações e representantes das comunidades locais na COP30. Foto: Bruna Pinheiro/Formad

Saiba mais sobre a LCIPP no documentário [“Vozes da terra na convenção do clima”](#) disponível no site da OPAN.



Coletivo do Pirarucu apresenta manejo sustentável da espécie na COP30

A experiência do manejo sustentável de pirarucu no Amazonas, considerado um dos projetos de conservação mais bem sucedidos do mundo, também teve espaço na COP30, com atividades do Coletivo do Pirarucu, que conquista melhorias para a atividade progressivamente desde que foi constituído, em 2018. Foram realizados eventos na Zona Azul e na Zona Verde e, além disso, o pirarucu oriundo do trabalho de comunidades indígenas e ribeirinhas do estado compôs o cardápio da Cúpula dos Povos, o espaço da sociedade civil na conferência.

No evento **Sociobioeconomia e Serviços Ambientais: Construindo Mercados Sustentáveis para a Amazônia**, na Zona Azul da COP, foram apresentados os benefícios e resultados socioculturais,

econômicos e ambientais do manejo do pirarucu, observando-se o volume de trabalho envolvido, assim como a necessidade de uma remuneração que considere todos os valores da atividade e o bem viver dos manejadores e das manejadoras. A atividade foi realizada pelo Coletivo do Pirarucu, a OPAN, o Instituto Juruá, a rede Uma Concertação pela Amazônia, o Instituto Fronteiras para o Desenvolvimento e o Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA).



Pedro Constantino (Banco Mundial/MMA), Eduardo Brondizio (Indiana University), Diomir Santos (ACJ), Bruna De Vita (MMA) e Patrícia Cota (Imaflora) durante o evento “Arapaima gigas: Clima e Soluções Comunitárias”, realizado na Zona Verde da COP30. Foto: Antonio Miranda/OPAN

Uma alternativa para garantir a valorização dos manejadores e das manejadoras é o Pagamento por Serviços Ambientais (PSA), que teve um projeto piloto apresentado pela diretora do Departamento de Estímulo à Bioeconomia do MMA, Bruna De Vita. A forma como o manejo de pirarucu é estruturado, com rastreabilidade em toda a cadeia produtiva, foi um dos fatores para que a atividade fosse escolhida pelo Ministério para o primeiro projeto piloto de PSA voltado aos produtos da sociobiodiversidade, o PSA Pirarucu, com início programado para 2026.

“Este é um dos exemplos mais positivos de conservação onde as comunidades locais estão trazendo uma espécie de grande porte de volta”, afirma o pesquisador João Campos-Silva, presidente do Instituto Juruá. Além da própria espécie, a atividade proporciona proteção a uma área de 15 milhões de hectares no Amazonas.

No evento, experiências e oportunidades de melhoria do mercado privado para aquisição de produtos da sociobiodiversidade também foram apresentadas. Beatriz Duarte, do Instituto Fronteiras, falou sobre a sensibilização de comerciantes acerca dos valores associados a esses produtos, assim como de todos os elos da cadeia produtiva, visando uma prática de comércio justa, incluindo a informação junto aos consumidores finais. O Círculo dos Povos, na Zona Verde, contou

com a atividade **Arapaima gigas: Clima e Soluções Comunitárias**, realizada pelo Coletivo do Pirarucu, OPAN e Aliança Águas Amazônicas com apoio de WCS e da Fundação Moore. Na atividade, a sociobioeconomia foi explicada em seu conceito e percurso histórico, que evidencia seu papel para a proteção dos ecossistemas e o enfrentamento à crise climática, tendo como exemplo o manejo sustentável do pirarucu realizado coletivamente por povos do Amazonas.

Também na Zona Verde foi realizado o evento **Governança comunitária de sistemas aquáticos e gestão transfronteiriça diante das mudanças climáticas e como ferramenta de adaptação e mitigação**, em que se destacou o papel da organização comunitária na construção de modelos de governança para territórios transfronteiriços. Foi ressaltado o papel dos acordos de pesca e, especialmente, do manejo de pirarucu para o fortalecimento de arranjos comunitários na gestão dos recursos naturais nessas áreas. A atividade foi promovida pelo Instituto Juruá em parceria com a Visión Amazónica para la Sostenibilidad Integral (VASI) e a Aliança Águas Amazônicas, com apoio da WCS e da Fundação Moore.

Pirarucu de manejo no cardápio da justiça climática

A Cúpula dos Povos, processo de mobilização popular iniciado na Eco 92, reafirmou que a alimentação também é um ato político. Assim, garantiu em sua cozinha solidária refeições compostas por produtos agroecológicos, provenientes da agricultura familiar e de povos e comunidades tradicionais, somando 86 toneladas de alimentos predominantemente agroecológicos adquiridos através do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).

“O manejo do pirarucu é referência em sustentabilidade, geração de renda e em protagonismo das bases. Então para nós foi muito importante ter esse produto que carrega tanta história, tanta tradição, organização social e aprimoramento de processos que alcança uma qualidade enorme, a nível de grandes mercados. Foi muito importante e especial ter apresentado no nosso cardápio esse produto que representa tanto”, diz Thábita Menta, coordenadora da Rede Maniva de Agroecologia, consultora da Articulação de Agroecologia da Amazônia e secretária operativa do GT de Sistemas Alimentares Saudáveis da Cúpula dos Povos.

Entre os alimentos, o pirarucu oriundo de manejo sustentável foi fornecido para a Cúpula dos Povos pela marca coletiva Gosto da Amazônia, coordenada pela Associação dos Produtores Rurais de Carauari (Asproc), com sete toneladas de pescado e pratos preparados por integrantes do Movimento de Pescadores e Pescadoras Artesanais (MPP).

A cozinha solidária do evento foi coordenada por movimentos sociais como a Articulação Nacional de Agroecologia (ANA), o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), o Movimento Camponês Popular (MCP), o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST) e o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB).



Sete toneladas de pirarucu manejado por comunidades do Amazonas foram servidos na Cúpula dos Povos, que aconteceu entre os dias 12 e 16 de novembro de 2025, em Belém (PA). Foto: Rodrigo Duarte

Documentário Pirarucu

A participação do Coletivo do Pirarucu na COP ganhou uma página especial – www.coletivodopirarucu.org.br/cop30, onde está disponível o documentário “Manejo do pirarucu: resposta concreta à crise climática”, com direção de Adriano Gambarini, em belos registros junto a manejos nas regiões dos rios Juruá, Purus e Solimões. Confira!



Para fortalecer a incidência sobre o manejo do pirarucu no contexto da COP30, uma página especial foi criada no site do Coletivo do Pirarucu e um documentário foi produzido para apoiar o debate sobre as contribuições climáticas da atividade.

Descarbonização e falsas soluções

Impactos ambientais e a dinâmicas socioculturais também tiveram espaço em eventos da COP30. Com apoio da OPAN, representantes indígenas palestraram sobre a necessidade de descarbonização e as falsas soluções para o enfrentamento da crise climática, defendendo fundamentalmente a realização de consulta livre, prévia, informada e consentida diante de quaisquer projetos que envolvam a vida de suas populações.

As falas levaram ao centro do debate as violações constantes de contratos de mercado de carbono na mesa **Comunidades na Liderança: salvaguardas e alternativas no mercado de carbono**, na Zona Azul, e sobre os **impactos do petróleo e gás em terras indígenas**, na Amazon Climate Hub.

No evento sobre petróleo e gás, Luene Karipuna, da Associação de Mulheres Indígenas em Mutirão (AMIM), no Amapá, relatou os impactos sociais decorrentes desse tipo de exploração, em específico as divisões internas provocadas pela aceitação ou discordância aos projetos dentro do território.

“Todos os caciques hoje que estão no movimento indígena me viram crescer e me educaram porque a nossa educação é tradicional. Eles colocaram meu tio que é cacique pra brigar comigo. Eles colocaram caciques que são tão importantes pra minha vida contra mim. Se isso não é impacto, então o que é isso?”, questionou Luene.

De Mato Grosso, Marta Tipuici, do povo Manoki, falou sobre os limites do que pode ser negociado, em referência aos contratos do mercado de carbono:

“O recurso é importante, mas os nossos direitos estão acima desse dinheiro e não podem ser negociados”.

Movimentação pré-COP30

A preparação para a COP30 mobilizou um conjunto potente de ações articuladas pelo Ministério dos Povos Indígenas (MPI), movimentos indígenas (nacionais, regionais e locais) e organizações parceiras. Em todo o país foi realizada a COParente, contando com a presença da ministra Sonia Guajajara e sua equipe, uma oportunidade de maior compreensão sobre as possibilidades de incidência na pauta climática, assim como para que assuntos de interesse dos territórios ganhassem vazão junto ao ministério. Além disso, foi extensa a agenda de oficinas, cursos e outras atividades pré-COP.

COParente em Lábrea (AM)

No Amazonas, a **primeira etapa da COParente**, organizada em três seminários dadas as distâncias geográficas, aconteceu no município de Lábrea, região sul do estado, em setembro, e contou com representantes das regiões do Alto e Médio Madeira e Purus. Na atividade, foi apresentado um panorama das ameaças e situações dos territórios da região, assim como das iniciativas de enfrentamento da crise climática, e foram abordados os principais temas e espaços de interesse dos povos indígenas a serem tratados na COP30.

A organização foi realizada pela Articulação dos Povos Indígenas do Amazonas (Apiam), contando também com a Federação das Organizações e Comunidades Indígenas do Médio Purus (Focimp), organizações locais e a equipe da OPAN.

A coordenadora do Programa de Direitos Indígenas da OPAN, Andreia Fanzeres, contribuiu com o ciclo COParente em Lábrea ao explicar sobre o funcionamento das COPs e o detalhamento dos conceitos de mitigação, adaptação e Contribuições Nacionalmente Determinadas (NDCs), além do próprio sentido da expressão “justiça climática”, conceito que nas negociações ganha interpretações muito diversas.

Pedro Tukano, comunicador da Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (Coiab), apresentou a NDC dos Povos Indígenas do Brasil, elaborada pela Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB), assim como a Declaração Política dos Povos Indígenas da Bacia Amazônica e de todos os biomas do Brasil para a COP30, produzida pela Coiab.



Mesa composta por Nilcélio Jiahui (OPIAM), Mariazinha Baré (Apiam), Jecinaldo Sateré (MPI), Chico Preto Apurinã (Coiab), Zé Bajaga (Focimp), Andreia Fanzeres (OPAN), Sara Gaia (IEB), Francisco Umanari (OPIAJBAM) e João Urt (MPI) abordou o funcionamento das COPs. Foto: Talita Oliveira/OPAN

Recebida com muitos aplausos, a ministra dos Povos Indígenas, Sonia Guajajara, reverenciou a importância das pessoas e movimentos para a luta por justiça climática, destacando o papel da Aldeia COP, grande espaço dos povos indígenas, com programações próprias e diversas a serem realizadas no período da Conferência do Clima.

“Não temos que sair como vítimas e sim como protagonistas, como potências que preservam o meio ambiente. Temos que sair da COP mostrando para o mundo a centralidade dos povos indígenas para mitigação das mudanças do clima”, anunciava a ministra.

COParente na Terra Indígena Portal do Encantado, em Porto Espiridião (MT)



A recepção alegre à ministra Sonia Guajajara se repetiu no último dos 14 encontros do ciclo COParente, que foi realizado na Terra Indígena (TI) Portal do Encantado, do povo Chiquitano, ocasião em que ela apresentou o histórico das COPs e acolheu as necessidades dos diversos povos presentes, como os impactos das alterações do clima para a alimentação e a saúde.

“Todas as falas foram riquíssimas, então a gente leva isso como aprendizado, como uma experiência e também como fortalecimento”, disse Soilo Urupe Chue, do povo Chiquitano, representante da Federação dos Povos e Organizações Indígenas de Mato Grosso (Fepoint), uma das organizadoras do evento.

Ministra Sonia Guajajara na COParente de Mato Grosso.
Foto: Helena Corezomáé/OPAN

Para o povo Chiquitano, o pedido principal foi o de garantia de demarcações de suas terras, recebendo do representante da Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai), Benedito Garcia, a notícia de que será dada sequência à demarcação física do Portal do Encantado, com compromisso firmado também pela ministra para a efetivação.



Participantes da COParente no Portal do Encantado. Foto: Neto Ramos/Acervo Fepoint

Oficinas lideradas pela sociedade civil em Mato Grosso

Também com o objetivo de preparação para a COP30, em junho, foi realizada a segunda **oficina PCTs e Clima**, iniciada em 2024, visando contribuir para o fortalecimento da incidência política de povos e comunidades tradicionais (PCTs), em sua grande diversidade, na pauta climática. A atividade teve realização, além da OPAN, do Instituto Centro de Vida (ICV), Federação dos Povos e Organizações Indígenas de Mato Grosso (Fepoimt), Pacto das Águas, Fórum Popular Socioambiental de Mato Grosso (Formad) e Observatório do Clima, contando ainda com parceria do Instituto Clima e Sociedade (iCS), Misereor, Re:wild e Rede de Hotéis MT.



Organizações se reuniram em Cuiabá para oficina PCTs e Clima.
Foto: Khayo Ribeiro

A atividade contou com representantes que são referências na pauta e nas políticas climáticas, como a diretora de Justiça Climática do Ministério dos Povos Indígenas (MPI), Elis Nascimento, e a diretora do departamento de Gestão Socioambiental e Povos e Comunidades Tradicionais do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA), Claudia de Pinho. Elas apresentaram os destaques do Plano Clima Adaptação, concluído em 2025.

A atividade contou também com uma apresentação sobre o funcionamento do Acordo de Paris e as expectativas para a COP sob o olhar da especialista em política climática do Observatório do Clima, Stela Hershmann, que contribuiu ainda nas reflexões sobre as oportunidades de participação na Conferência.

“Momentos como esses são importantes para ampliar o debate e trocar conhecimentos sobre a agenda climática, como onde acontecem as discussões e quais atores participam de cada espaço. Isso ajuda a traçarmos juntos a estratégia de participação efetiva dos povos e comunidades tradicionais de Mato Grosso durante a COP 30, dentro e fora do evento”, afirmou a coordenadora do Programa de Transparência e Justiça Climática do ICV, Deroní Mendes, que passou a integrar a coordenação do Observatório do Clima em 2025.

Nessa atividade, os participantes presentes, vindos de diferentes locais do estado, dialogaram sobre seus direitos enquanto povos e comunidades tradicionais, discutiram o cenário estadual, incluindo as oportunidades de incidência no Fórum Mato-grossense de Mudanças Climáticas, as diversas esferas de mobilização e o papel da juventude no contexto de enfrentamento da crise climática.

Na aldeia Cravari, do povo Manoki, a OPAN contribuiu com a realização da **oficina Cochichos do Clima**, realizada pela Fepoimt em maio, também com parceria do ICV, sobre a pauta climática junto aos diversos povos presentes: Rikbaktsa, Cinta Larga, Apiaká, Kayabi, Zoró e Manoki.

Foram discutidos no evento o papel das florestas para regulação do clima e como funcionam os mercados de crédito de carbono, incluindo modelos como o REDD+, demonstrando a grande complexidade do processo e suas implicações.

A atividade contou com a participação da advogada Juliana Miranda, que destacou a importância da consulta livre, prévia, informada e consentida aos indígenas diante de projetos do mercado de carbono, a repartição justa dos benefícios e a aplicação de salvaguardas para tais projetos.

Publicações sobre o mercado de carbono nas terras indígenas

Em 2025 a OPAN concluiu o estudo intitulado **“Mercado de carbono florestal e abordagens empresariais em terras indígenas da Amazônia”**. O documento apresenta o histórico e marcos legais sobre o mercado de carbono, assim como um panorama da prática de compra de crédito em territórios indígenas.

Conforme demonstrado na obra, é comum que contratos de crédito de carbono apresentem uma série de fragilidades, como falhas na escuta à comunidade, resultando em divisões entre lideranças e associações, divergências na distribuição da renda gerada, pouca compreensão dos acordos efetivamente realizados e outros.

Para subsidiar os povos indígenas sobre o assunto, foi produzido o guia “Entendendo o mercado de carbono em terras indígenas”, com informações sobre a perspectiva do mercado de carbono no enfrentamento à crise climática, seu arcabouço legal e a forma como geralmente são feitos os contratos com as comunidades, além de outras alternativas no enfrentamento das mudanças climáticas.

Acesse na biblioteca do nosso site!

www.amazonianativa.org.br



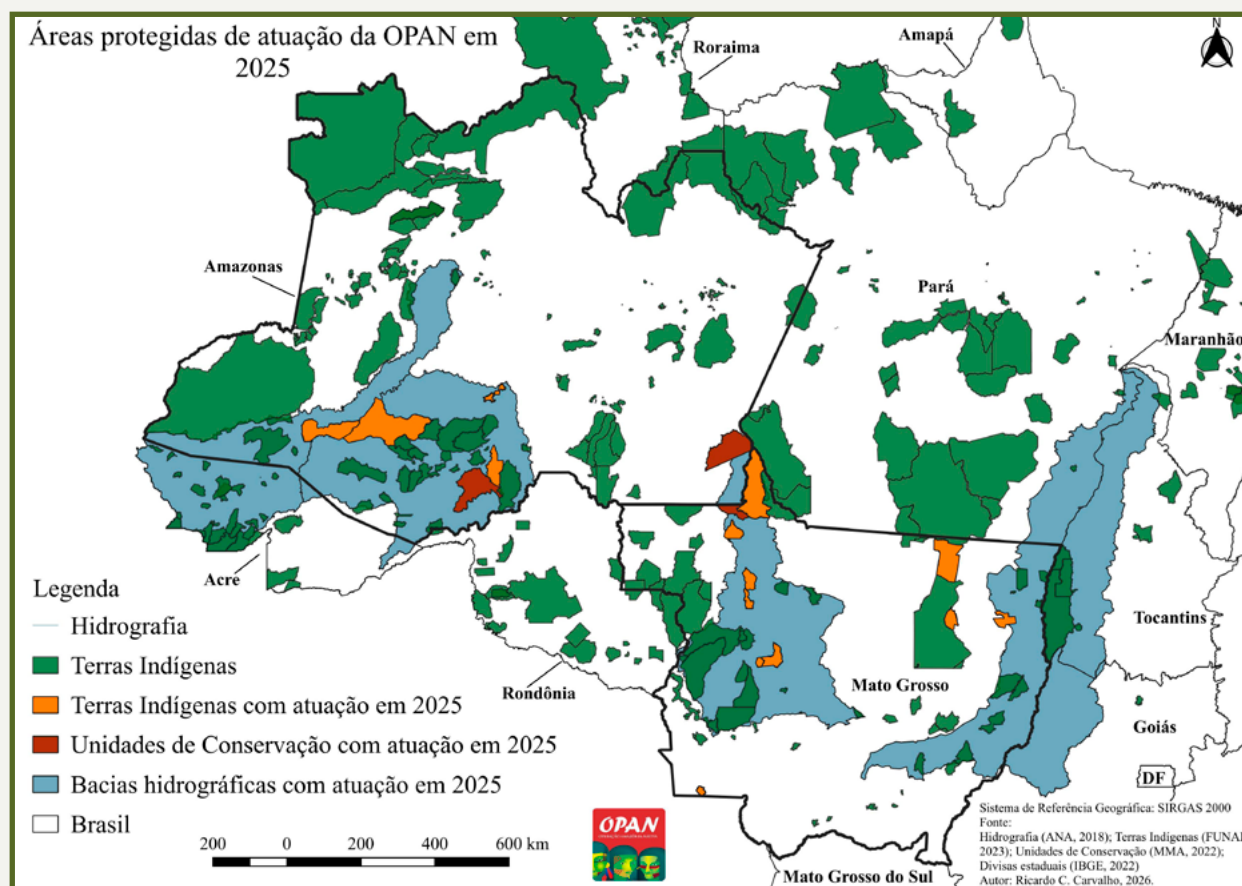
2. TERRITÓRIOS VIVOS, COLETIVIDADE E DIREITOS GARANTIDOS

“A Resposta Somos Nós”, lema dos povos indígenas para o enfrentamento da crise climática, diz sobre as suas formas de vida imbuídas de ancestralidade, materializadas em conhecimentos e vínculo profundo com a terra e o território, cuja destruição representa direta oposição à vida.

Essas formas de envolvimento com o território dizem sobre coletividade e organização social capaz de, pelo diálogo e força política, lidarem com os desafios constantes da contemporaneidade.

Apresentamos as ações apoiadas pela OPAN junto a povos indígenas de Mato Grosso e do Amazonas diante de seus projetos de gestão territorial, organização social e política para a qualidade de vida e a conservação dos territórios.

Mapa da atuação da OPAN em 2025:

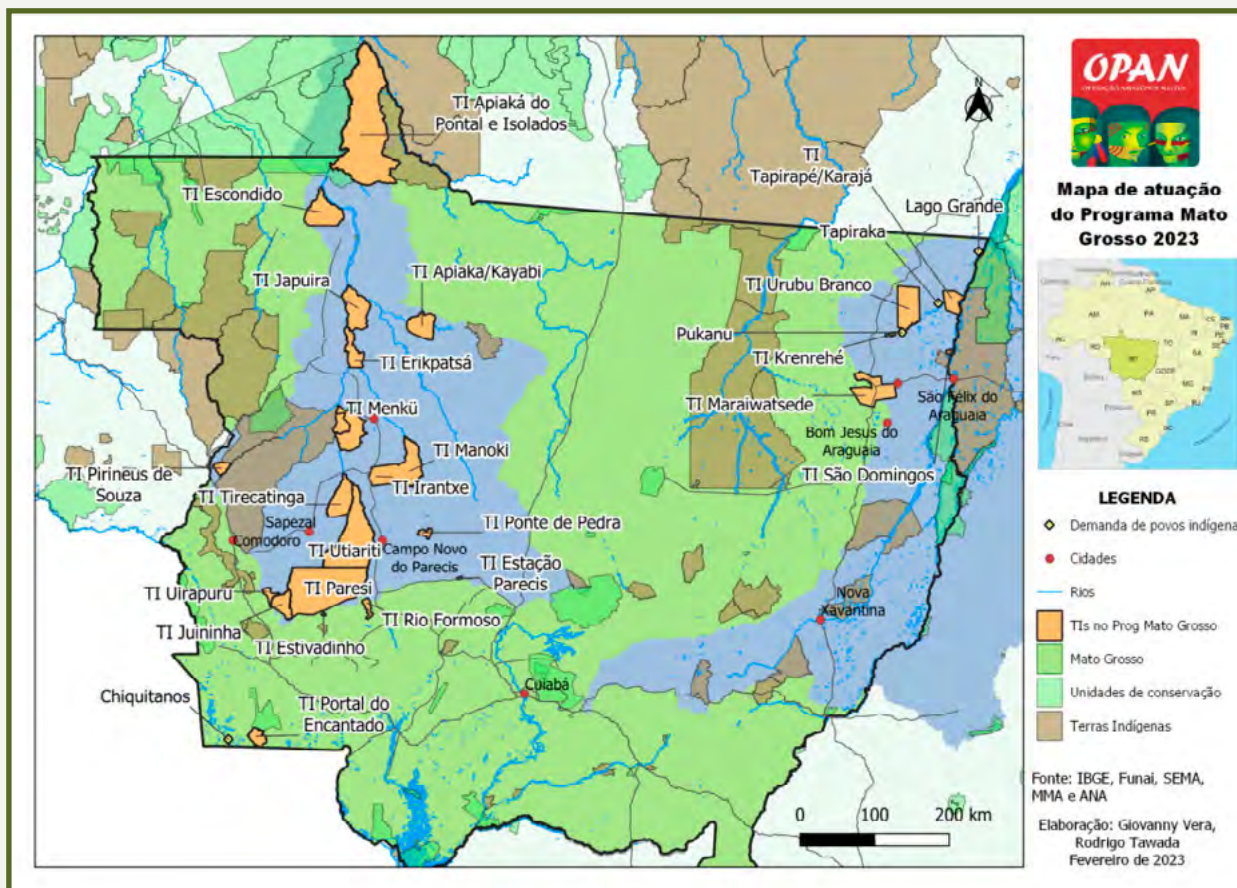






Dia de colheita na roça do povo Deni do Xeruã, Terra Indígena Deni (AM). Foto: Adriano Gambarini/OPAN

Mato Grosso



Bacia do rio Juruena

O fortalecimento da TI Apiaká do Pontal e Isolados

O povo Apiaká, da Terra Indígena (TI) Apiaká do Pontal e Isolados, localizada no extremo norte de Mato Grosso, têm alcançado progressos significativos em suas conquistas. Com a declaração da terra, no ano de 2025 foi dado início ao planejamento para a demarcação física. Além disso, há avanços na qualificação das atividades econômicas no campo do turismo, das cadeias de valor da sociobiodiversidade e da gestão integral do território.

A TI Apiaká do Pontal e Isolados tem sobreposição com o Parque Nacional do Juruena, e, por isso, há um diálogo estreito entre a população indígena e os profissionais do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), junto à Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai) e parceiros, entre eles a OPAN.

Na região da tríplice divisa entre Mato Grosso, Pará e Amazonas, os Apiaká compartilham recursos, como a palha de babaçu (usada na cobertura de casas), a pesca, a caça e outros, com comunidades

do entorno, entre elas a Barra de São Manoel, composta por ribeirinhos e localizada no Amazonas, e aldeias da TI Munduruku, no Pará.

Na terra indígena também há registro de povos isolados, que terão proteção aprimorada contra ameaças quando ali se exerce uma boa condução da gestão territorial. Nesse sentido, os Apiaká têm realizado ações específicas para vigilância do perímetro da terra, margeada pelo rio Juruena no lado esquerdo. Essa é mais uma iniciativa relevante para a biodiversidade e a vida no território.

Plano de Gestão Territorial e Ambiental



Encontro para construção do PTGA Apiaká na Barra de São Manoel (AM). Foto: Túlio Paniago/OPAN

O diálogo dos indígenas da TI Apiaká do Pontal e Isolados com as comunidades vizinhas, autarquias federais e prefeituras locais, assim como junto aos Apiaká que ainda não retornaram ao território tradicional, marca a construção do Plano de Gestão Territorial e Ambiental (PGTA) da terra indígena, que realizou todos os acordos do plano em 2025.

Nas oficinas para elaboração do PGTA, dialogaram sobre os eixos de território e ambiente; organização social e governança; economia; saúde e segurança alimentar; educação e cultura. Entre os acordos firmados, definiram a criação de regras para abertura de novas aldeias para fortalecimento da vigilância e monitoramento do território, além de deliberações internas sobre caça, pesca, manejo de quelônios e para coleta de frutos e palhas.

“Nós, Apiaká, vamos trabalhar com o PGTA que nós mesmos estamos elaborando. Vamos ter o privilégio de ter o nosso plano de gestão para fazer o trabalho que estamos montando dentro desse território”, diz Robertinho Morimã, cacique da aldeia Matrinxã.

No processo de elaboração do plano, os indígenas elegeram algumas prioridades, como mapear e listar os locais sagrados dentro do território e em seu entorno para solicitar o registro dos mais importantes junto ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), além de catalogar e registrar as histórias dos anciãos sobre esses locais.

O plano de anuência para exercício do turismo na TI Apiaká do Pontal e Isolados

Há alguns anos, os Apiaká da aldeia Matrinxã da TI Apiaká do Pontal e Isolados vinham buscando a regularização do turismo de pesca esportiva praticado em seu território. Em 2025, foi publicada a Instrução Normativa Conjunta ICMBio/Funai nº 1, que regulamentou a existência de atividades econômicas em situações de sobreposição, como ocorre entre a terra indígena e o Parque Nacional Jurueña. Com esses documentos em mãos, os Apiaká, com apoio da OPAN, concluíram o Plano de Visitação em Áreas Duplamente Protegidas, documento pelo qual podem conseguir a anuência dos órgãos responsáveis para realizar a atividade em terra indígena e Unidade de Conservação de Proteção Integral.

A regulamentação é fundamental para a continuidade e estruturação da atividade, uma vez que esta já é a principal fonte de renda local. Embora ainda estejam aguardando a anuência, os Apiaká trabalham com turismo de pesca esportiva há alguns anos graças a um projeto inovador envolvendo pesos de pesca, as populares chumbadas. Usados para garantir a ancoragem da isca no fundo dos rios, as chumbadas geralmente são feitas de chumbo, metal comprovadamente tóxico para peixes e rios. Já as chumbadas ecológicas são biodegradáveis (à base de argila e areia). Vinculada ao Sistema de Autorização e Informação em Biodiversidade (Sisbio), ligado ao ICMBio, a pesquisa com a chumbada ecológica tem garantido que a experiência de pesca seja colocada em prática na unidade de conservação, porém é uma solução temporária, motivo que reforça a importância da anuência por meio do Plano de Visitação em Áreas Duplamente Protegidas.

Para o desenvolvimento do plano de visitação, feito pela Associação Comunitária Indígena Apiaká Tapi  do Norte do Mato Grosso (Aitam), os Apiaká contaram com apoio do ICMBio, Ibama e OPAN, além de orientações de servidores da Funai. O documento prevê a repartição justa de valores e que sejam utilizados prioritariamente em projetos comunitários, como preparação de roçados, ampliação da escola e outros, definindo, ainda, o acompanhamento por moradores da aldeia Matrinxã por meio de assembleias, assim como dos órgãos que compartilham a gestão do território.

A regularização do plano de visitação do turismo desenvolvido pelos Apiaká também tem relevância por ser em uma região com riscos de invasões para retirada de recursos e avanço da mineração. Assim, a atividade contribui para que aquela porção da área seja protegida. Associado ao turismo da pesca esportiva, que é feita entre março e setembro (ou momentos próximos, considerando o defeso), o povo Apiaká realiza outras atividades econ micas, em especial a coleta de castanha.

Povo Rikbaktsa e a construção das atividades e roteiros turísticos



Representantes das TIs Escondido e Japuira durante elaboração de protocolos e roteiros turísticos. Foto: Túlio Paniago/OPAN

O povo Rikbaktsa também está dedicado ao trabalho com o turismo. Após diagnóstico do potencial da atividade, em 2024, as Terras Indígenas (TIs) Japuira e Escondido iniciaram ações voltadas à estruturação de seu turismo de base comunitária, que tem como princípio o envolvimento da comunidade e decisões coletivas sobre a utilização dos recursos recebidos. Em diálogo com profissionais renomados, realizaram uma oficina para elaboração de cardápios tradicionais da culinária Rikbaktsa para serem servidos aos futuros turistas, e também construíram propostas de roteiros envolvendo as belezas naturais dos territórios e os saberes ancestrais do povo, além de um levantamento das espécies de aves locais para possíveis trilhas de observação de pássaros.

Elaboração de cardápios tradicionais

Junto com a nutricionista e chef de cozinha Neide Rigo, mulheres da TIs Japuira, Escondido e Erikpatsa, reunidas na aldeia Pé de Mutum, da TI Japuira, prepararam pratos típicos como chichas de cará, banana da terra e milho fofo, bolinhos de milho e de cará, farinha de mandioca fresca, beiju com banana na massa ou socado no pilão com milho fofo e feito na pedra e peixes assados na folha de pacova.

“Foi uma oficina sem fogão, sem geladeira e sem equipamentos tecnológicos, mas com muita simplicidade, sabedoria ancestral, conhecimento da natureza e, sobretudo, um exercício de soberania alimentar aliado à identidade cultural”, relatou Neide Rigo.



Mulheres no banquete da oficina de elaboração de cardápios. Foto: Túlio Paniago/OPAN

Os conhecimentos e cardápios das mulheres se somaram a propostas de receitas apresentadas por Neide Rigo. Com urucum e jenipapo disponíveis na terra, fizeram bonitos e saborosos pães para compor o menu de opções para os turistas. Todos os alimentos produzidos foram servidos em um verdadeiro banquete na aldeia.

Como resultado da oficina, além das receitas, ficam indicativos para trabalhar as quantificações de alimentos para os visitantes, a organização de ingredientes conforme a época do ano, a aquisição de utensílios e fornos de uso comunitário e orientações de boas práticas do trabalho culinário.



Alimentos preparados pelas Rikbaktsa durante a oficina. Fotos: Túlio Paniago/OPAN

Roteiros para observação de pássaros

Na oficina de Técnicas de Condução de Grupos e Estruturação de Roteiros aplicada nas Terras Indígenas (TIs) Escondido e Japuira, com facilitação do professor Victor Lopez-Richard, foram elaborados roteiros a partir de relatos históricos e cosmológicos dos Rikbaktsa, envolvendo a participação de jovens no processo e favorecendo o fortalecimento cultural. As atividades incluíram trilhas por castanhais, acampamento às margens do rio Juruena, deslocamentos por rio e observações da biodiversidade e de pontos privilegiados da floresta.



Professor Dalci Oliveira conduziu oficina de observação de pássaros nas TIs Japuira e Escondido. Foto: Túlio Paniago/OPAN

A atividade, que visa a preparação de condutores de roteiros turísticos, teve foco na prevenção a riscos, boas práticas para minimizar possíveis impactos socioambientais e o treinamento de resposta a emergências.

Na oportunidade, também foi realizada uma oficina de observação de pássaros conduzida por Dalci Oliveira, referência em ornitologia em Mato Grosso, que, em poucos dias, registrou com os Rikbaktsa 28 espécies de aves, evidenciando o alto potencial para a atividade. Aves de espécies raras, endêmicas, migratórias e outras tornam a possibilidade de visita e observação mais interessantes e valorosas. Quatro espécies de aves presentes no levantamento estão ameaçadas de extinção na categoria de vulnerável: a azulona (*Tinamus tao*) o jacu-de-barriga-castanha (*Penelope ochrogaster*), o gavião-real (*Harpia harpyja*) e o cantador-ocráceo (*Hypocnemis ochrogyna*).

Ao final do ano, as experiências foram consolidadas pelos moradores das TIs Escondido e Japuira junto à consultora em negócios comunitários, Camila Barra, em duas propostas de roteiros turísticos, um para cada território, e em um protocolo com diretrizes do desenvolvimento do turismo de base comunitária do povo Rikbaktsa, visando a proteção do patrimônio cultural e ambiental do povo, e uma relação mutuamente respeitosa e equitativa entre os Rikbaktsa e futuros visitantes .

Inventário do Tutãra, colar sagrado do povo Rikbaktsa

A Associação Indígena das Mulheres Rikbaktsa (Aimurik), incluindo suas comunicadoras, se dedicaram em 2025 ao inventário do patrimônio cultural de seu povo, por meio de um projeto junto à OPAN e ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan). Iniciaram um levantamento de informações sobre o colar *Tutãra*, as histórias e referências culturais a ele associados, assim como as trocas envolvendo a elaboração do colar entre as aldeias.

Para subsidiar o trabalho, foram realizadas duas oficinas de educação patrimonial – com temáticas voltadas à política patrimonial e à missão institucional do Iphan. Foi apoiada também a expedição do período de seca que é realizada anualmente no rio Arinos, o local de coleta do *Tutãra*, além de outros materiais como tucum, momento oportuno para outras atividades de caça e pesca na região.



Mulheres em coleta do Tutãra durante expedição. Foto: Adriano Gambarini/OPAN

Com o inventário, a Aimurik pretende pedir o registro do *Tutãra* como patrimônio cultural do Brasil, protegendo o artefato sagrado e, por meio dele, seus saberes, e divulgando conhecimentos, história e vida ritual rikbaktsa.

TI Tirecatunga elabora calendário ecológico e estratégias de adaptação às mudanças climáticas

Diante das alterações climáticas vivenciadas com cada vez mais frequência, indígenas dos povos Nambikwara, Terena, Manoki, Paresi e Rikbaktsa da Terra Indígena (TI) Tirecatunga concluíram seu calendário ecológico em 2025, uma ferramenta de gestão territorial que registra os ciclos naturais e culturais, e as mudanças que vêm ocorrendo na terra, como falta de chuva, tempestades muito fortes, calor excessivo e seus prejuízos à agricultura e ao nascimento das frutas do Cerrado. A experiência do calendário ecológico foi apresentada na COP30.



Oficina para construção do calendário ecológico da TI Tirecatinga. Fotos: Liliane Xavier/OPAN

Junto com a associação Thutalinãnsu, representantes de 11 aldeias se reuniram para dialogar sobre as transformações e como lidar com elas, criando também um plano de adaptação em que preveem o plantio de espécies do Cerrado mais perto das casas, estruturas mais resistentes a tempestades, a criação de uma brigada indígena para prevenção a incêndios na época da seca e trabalhos de reflorestamento no período de chuvas, entre outras iniciativas.

“Considero este projeto de extrema importância, pois garante que as próximas gerações tenham as ferramentas necessárias para enfrentar os desafios que se apresentam”, avaliou Pedro Nambikwara, que participou da elaboração do calendário.

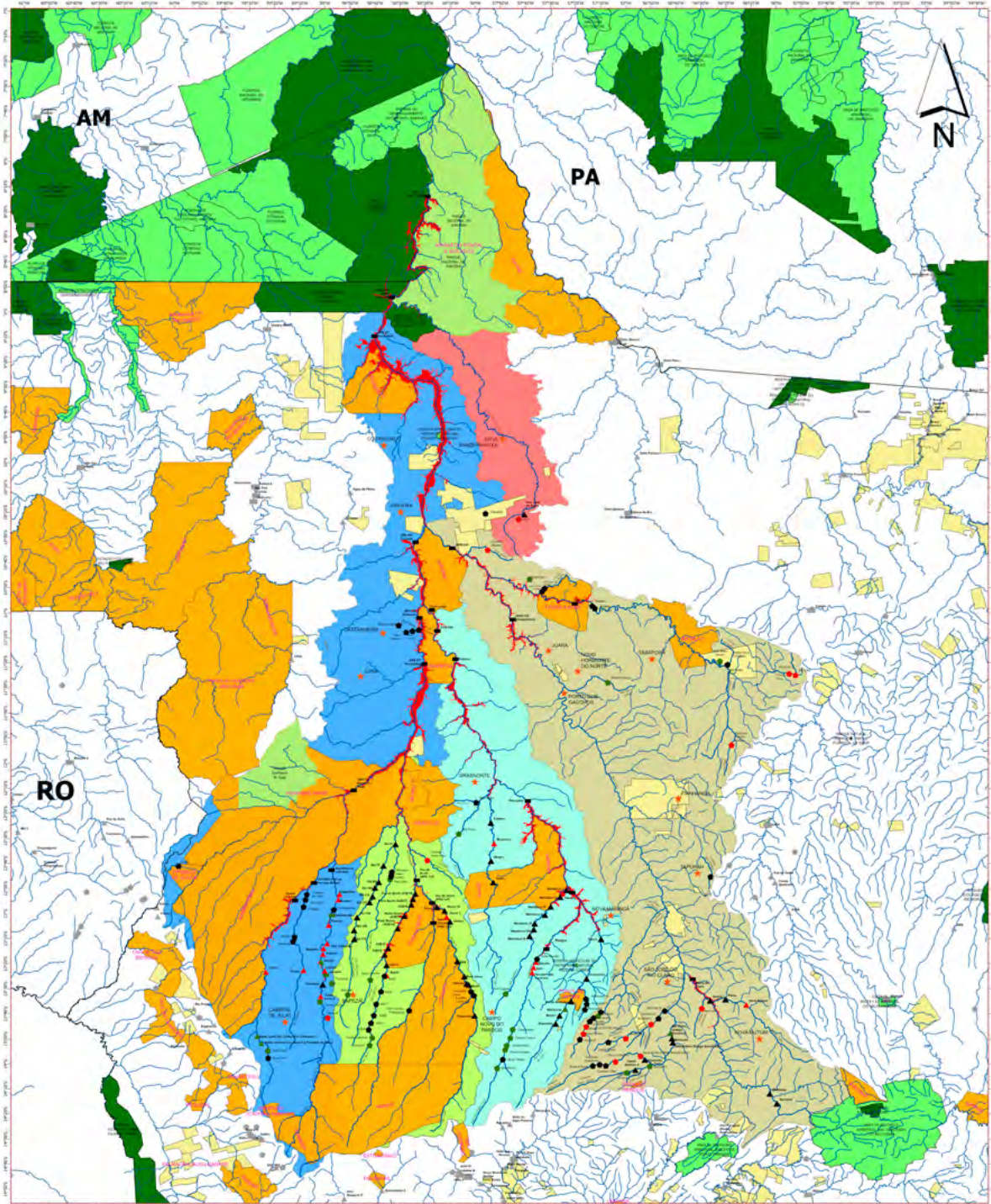


Cleide Terena com calendário ecológico da TI Tirecatinga na COP30. Foto: Dafne Spolti/OPAN

Lançado no mês de março, o calendário ecológico foi criado em formato de livro e num material pedagógico, o que favorece dinâmicas em oficinas e atividades escolares sobre a temporalidade e a vida na TI Tirecatinga, combinadas com os acontecimentos naturais e culturais do território.

Além de lançamento no território, o calendário ecológico foi apresentado na Conferência do Clima de Belém (PA), a COP30, pela presidente da Associação Thutalinãnsu, Cleide Terena, ao lado de lideranças indígenas e uma liderança quilombola, favorecendo a troca de conhecimentos e inspirando aos presentes a elaboração dos seus próprios instrumentos de adaptação às mudanças do clima.

Hidrelétricas nas sub-bacias do Juruena (Fevereiro de 2025)



<ul style="list-style-type: none"> ● Sedes municipais ● CGH ● Etapa ● Operação ● Planejamento ● POH ● Etapa ● Construção 	<ul style="list-style-type: none"> ▲ Operação ▲ Planejamento ▲ UHE ● Etapa ● Planejamento ● Construção ● Outras CGHs ● Outras PCHs ● Outras UHEs 	<ul style="list-style-type: none"> — Hidrografia □ Unidades da federação ■ Reservatórios ■ UC Sobreposição ■ UC Proteção Integral ■ UC de uso sustentável ■ Terras Indígenas ■ Projetos de assentamento 	<ul style="list-style-type: none"> ■ Sub-Bacia do Rio Arinos ■ Sub-Bacia do Rio Juruena ■ Sub-Bacia do Rio Papagaio ■ Sub-Bacia do Rio São João da Barra ■ Sub-Bacia do Rio do Sangue
--	---	---	--



OPAN
 Organização Paranaense de Planejamento e Desenvolvimento Urbano
 Rua Curitiba, 100 - Jd. Santa Helena - Curitiba - PR - CEP: 81200-000
 Fone: (41) 3333-3333
 E-mail: opan@opan.org.br
 CNPJ nº 06.908.000/0001-01
 Inscrição Estadual nº 10.000.000-0001-01
 Inscrição Municipal nº 10.000.000-0001-01



A ampliação do trabalho da Associação Thutalinãnsu

Por meio de uma parceria com a Coordenadoria Ecumênica de Serviço (CESE), e apoio da OPAN, a Associação Thutalinãnsu passou a executar em 2025 o projeto “Regando a Semente Multicultural na TI Tirecatinga”, com ações para fortalecimento da associação, da gestão territorial e ambiental e a geração de renda das mulheres.

As ações incluem atividades de boas práticas para o artesanato com fibra de bananeira, expedições de coleta de materiais, formação em comunicação e a formação da brigada indígena de enfrentamento a incêndios, já prevista no plano de adaptação da terra indígena.

Rede Juruena Vivo ganha maior presença local, nacional e internacional

Em 2025 a Rede Juruena Vivo, com a nova estrutura de governança consolidada, deu continuidade à atuação local nas microrregiões da bacia do rio Juruena. Com esse intuito, fez em maio a reunião ampliada da rede na aldeia Cravari, da Terra Indígena (TI) Manoki, quando recebeu também as novas filiadas: Associação Cultural e Educativa Biblio-Óca do Povo Rikbaktsa (Acebrik), a Organização dos Povos Indígenas da Região Noroeste de Mato Grosso (Oimekrikanaz) e Associação Natureza Viva.



Participantes da reunião ampliada da Rede Juruena Vivo. Foto: Arquivo/Rede Juruena Vivo

Por meio do edital Fortalecendo Elos, a Rede Juruena Vivo apoiou a realização de projetos de diversos povos da região: a Associação Indígena Tapayuna (AIT) qualificou sua autonomia administrativo-financeira e transparência na gestão de seus recursos. A Associação Watoholi reuniu 107 pessoas na expedição ao território tradicional do povo Manoki para transmissão de conhecimento entre

gerações e vigilância da área. As mulheres Haloti-Paresi da Associação de Mulheres Indígenas Haloti Paresi (Amihaloti) fortaleceram seus roçados tradicionais como espaço de reprodução da vida e da cultura e a Associação de Fontanillas se dedicou à segurança alimentar por meio do plantio de hortas comunitárias.

Além das ações de âmbito local, a Rede marcou presença no Acampamento Terra Livre (ATL) nacional, em Brasília (DF), no ATL de Mato Grosso e na mobilização contra os blocos de leilão de petróleo na exploração de petróleo e gás na Bacia Sedimentar do Parecis, no Rio de Janeiro (RJ). Na COP30, contribuiu com discussões em diversos espaços sobre justiça climática. Em 2025 marcou presença, ainda, na mobilização do julgamento da lei 14.701, a Lei do Marco Temporal no Supremo Tribunal Federal.

Monitoramento de pressões e ameaças e o aumento de CGHs na bacia do Juruena

Desde 2013 a OPAN vem realizando o monitoramento sistemático de pressões e ameaças a territórios indígenas na bacia do rio Juruena. Em 2025, a OPAN publicou informações sobre empreendimentos hidrelétricos na região, demonstrando que somavam 185 aproveitamentos hidrelétricos até o mês de julho: 88 Centrais Hidrelétricas Geradoras (CGHs), com potência igual ou inferior a 5 megawatts, 72 Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs), com potência de até 30 megawatts, e 25 Usinas Hidrelétricas (UHEs), com geração de energia superior a 30 megawatts.

Desde 2021 as CGHs se destacam no aumento de projetos no Juruena, ultrapassando a quantidade de PCHs, sendo que desde 2019 a quantidade de CGHs dobrou de 44 para 88, o que pode estar associado à facilitação do trâmite regulatório pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), especialmente no ano de 2020, com a dispensa de Estudo de Impacto Ambiental para tais empreendimentos. Ainda que em ritmo mais lento, as PCHs também não param de crescer, passando de 61 para 72 no mesmo período de 2019 a 2025.

A velocidade na tramitação desses processos ameaça diretamente as populações na bacia do rio Juruena, que via de regra, têm seu direito à consulta livre, prévia, informada e consentida violados para o licenciamento desses empreendimentos.

Bacia do rio Guaporé

Povo Chiquitano fortalece sua segurança alimentar e geração de renda



Chiquitano durante encontro de mulheres na Terra Indígena Portal do Encantado. Foto: Dafne Spolti/OPAN

O povo Chiquitano, que desenvolveu um projeto conjunto com a OPAN entre 2022 e 2025, teve um incremento em seus plantios, aumentando a produção de alimentos como abóbora, milho, feijão, arroz, melancia, gergelim, feijão guandu e banana em aldeias localizadas na Terra Indígena (TI) Portal do Encantado e em outras comunidades do povo Chiquitano na região. Além disso,

houve apoio para a produção de artesanatos (costura e crochê) pelas mulheres da comunidade de Nova Fortuna e de sabão e artesanatos (costura e crochê) pelo Grupo Beija Flor, dos Chiquitano de Porto Esperidião, município próximo à TI Portal do Encantado.



Artesanatos e alimentos do povo Chiquitano.
Fotos: Dafne Spolti/OPAN

A diversidade de produtos foi demonstrada nos dois encontros de mulheres Chiquitano, realizados em 2025, que possibilitaram trocas de experiências entre as mulheres sobre plantas medicinais, direitos de acesso a políticas públicas, a luta pela demarcação da terra e fortalecimento cultural do povo Chiquitano. Em um dos encontros foi construído coletivamente o fogão tradicional Chiquitano, feito com a terra do cupinzeiro, momento importante para a transmissão dos conhecimentos culturais entre o povo.



Chiquitano em dia de construção do fogão tradicional de seu povo. Fotos: Luciana Rebellato/OPAN

Organização de mulheres Chiquitano se transforma em participação política estadual e nacional



Mulheres de Mato Grosso em assembleia. Foto: Dafne Spolti/OPAN

Com o diálogo, maior união e a realização dos encontros das mulheres Chiquitano, em 2025 representantes participaram da Assembleia Estadual das Mulheres Indígenas, elegendo conselheiras para a regional Vale do Guaporé, do Departamento de Mulheres da Federação das Organizações e Povos Indígenas de Mato Grosso (Fepoint).

Durante a assembleia, foi realizada a Conferência Estadual das Mulheres Indígenas, em que foram escolhidas delegadas Chiquitano para representar o estado na I Conferência Nacional das Mulheres Indígenas, em Brasília (DF). Em conjunto com lideranças de todo o país, elas contribuíram para a construção da proposta de políticas públicas voltadas à proteção das mulheres e das crianças e à qualidade de vida nos territórios.



Mulheres Chiquitano na Assembleia Estadual das Mulheres Indígenas. Foto: Dafne Spolti/OPAN

Comunicadores Chiquitano divulgam a cultura e a luta do povo

Imbuídos de um grande compromisso pelo reconhecimento identitário de seu povo, assim como da luta por direitos e pela demarcação territorial, jovens Chiquitano se prepararam para trabalhar como comunicadores, visibilizando a história de luta do território. Com apoio da OPAN, foi dada continuidade em 2025 à formação em comunicação iniciada no ano anterior.

No primeiro módulo, em 2024, adquiriram conhecimentos e passaram a ter plena atuação nas redes sociais, quando foram abordados os temas de segurança digital, mídia tradicional e alternativa, fakenews e o protagonismo dos jovens no movimento indígena. Já em 2025, seguiram para a preparação de roteiro e edição de vídeo, sendo a edição aprofundada num terceiro módulo com imagens e entrevistas realizadas em diversas aldeias.

As formações contaram com a consultoria de Kelly Guajajara, da Mídia Indígena, nos primeiros módulos e, no terceiro encontro, com Bruna Sirayp, da Rede Juruena Vivo e da Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (Coiab). A partir das atividades, o trabalho dos comunicadores resultou em materiais em vídeo e textos informativos e com conteúdo crítico publicados na rede [@midiachiquitano](https://www.instagram.com/midiachiquitano).



Coletivo de comunicadores do povo Chiquitano foi formado durante o ciclo de oficinas. Foto: Túlio Paniago/OPAN

Interflúvio dos rios Xingu e Araguaia

Restauração, SAFs e coleta de sementes para qualidade de vida em Marãiwatsédé



Plantio de cará na TI Marãiwatsédé
Foto: Adryan Nascimento/OPAN

Os Xavante de Marãiwatsédé vivem o processo de reocupação de sua terra, sobre a qual retomaram a soberania a partir de 2013, com a desintrusão do território. Assim, estão aumentando a cada ano suas aldeias, buscando cuidar das áreas protegidas, e, ao mesmo tempo, trabalham pela restauração da terra e o cultivo de alimentos tradicionais, muitos deles nativos, como cará, batata e inhame, em unidades de sistemas agroflorestais (SAFs).

No ano de 2025, as aldeias Ti'a'ra/Cristo Rei e Tsupratisi'utse, que estão dedicadas ao restauro ecológico, conseguiram resultados positivos com a iniciativa, em que foi constatada expressiva quantidade de espécies como baru, jatobá, carobá, xixá, tamborui, favela, tingui, mamoninha, copaíba, lixeira e ipê. Os plantios contam com irrigação nos períodos necessários, inclusive de poços artesanais construídos nas aldeias.

As atividades tiveram mutirões para manejo de capins, com troca de informações e experiências entre pessoas de diferentes aldeias e com a produção de alimentos de consumo dos Xavante, como milho, feijão, mandioca, cará, inhame, batata doce e abóbora, consorciados às espécies florestais, além de árvores frutíferas de goiaba, urucum, acerola, murici, mirandiba, manga, pequi e mangaba. Foram realizados também cursos para operacionalização de equipamentos como roçadeira e motocultivador.

Proteção aos SAFs, enfrentamento a incêndios e novos planos para o PGTA Xavante

As iniciativas para prevenção e combate a incêndios florestais também compuseram as ações de gestão territorial dos Xavante com apoio da OPAN, principalmente em áreas de restauro e junto ao grupo de mulheres coletoras de sementes, e com uso da mochila florestal desenvolvida em 2023. Nesse sentido, foram estabelecidos acordos comunitários e diálogos nas aldeias e com as mulheres coletoras de sementes para prevenção a incêndio especialmente nas áreas de SAFs. No período de seca, as ações das brigadas Xavante se voltaram ao enfrentamento e combate aos incêndios, muitos provocados de forma criminosa por pessoas de fora do território.



Brigada Xavante trabalha na prevenção e combate de incêndios florestais. Foto: Marcelo Okimoto/OPAN

A realização de aceiros em 10 aldeias – Central Marãiwatsédé, Suparasciusse, Tsi’ba’adzatsi, Iteró, Burupa, Ubdö’nhó’u (capivara), Parinaia, Mô’ônipá, Etetsí’ri e Pahiwatsá’ró – foram ações relevantes para a proteção desses locais. A longo prazo, pretende-se aumentar as áreas de restauração do território para que a vegetação natural não dê lugar às gramíneas que favorecem a propagação do fogo.

Além dessas ações, novos acordos para uma atualização do Plano de Gestão Territorial e Ambiental (PGTA) de Marãiwatsédé foram pactuados em 2025, com oficinas em diferentes aldeias da terra indígena, assim como nas reuniões específicas do grupo de mulheres. Ficaram definidas atualizações sobre a restauração do território, infraestrutura, saúde e segurança e soberania alimentar como questões prioritárias para um primeiro momento de atualização do plano.



Atualização do PGTA da TI Marãiwatsédé na aldeia Etewawê. Foto: Marcelo Okimoto/OPAN

Mulheres Xavante começam a estruturar a associação de coletoras de sementes

As mulheres Xavante de Marãiwatsédé, além de protagonistas na gestão do território, dadas as ações de coleta de sementes, vigilância e das contribuições para atualização do PGTA, iniciaram em 2025 um processo para criação de uma associação formalizada. Assim, pretendem potencializar as atividades do grupo de coletoras, se fortalecer politicamente e apoiar as suas comunidades nas 21 aldeias da terra.

Foram realizados em 2025, com facilitação da OPAN, quatro momentos de oficinas sobre associativismo com as mulheres Xavante nos meses de março, maio, agosto e novembro com grande participação das mulheres de diversas aldeias. Nesses momentos é que foram aprofundadas as motivações e interesses na criação de uma associação.



Coletoras Xavante durante oficina sobre associativismo. Foto: Marcelo Okimoto/OPAN

Foram compartilhadas informações sobre o que compõe e é necessário para a criação de uma associação formal, como CNPJ, estatuto, diretoria, conselho fiscal e a documentação necessária. Além disso, foram destacados pontos de como trabalhar com boas práticas e a gestão de recursos financeiros. As mulheres também trabalharam o exercício da liderança e representação política envolvendo as jovens.

Organização com base no trabalho das coletas



Mulheres Xavante em expedição de coleta de sementes. Foto: Marcelo Okimoto/OPAN

Toda a organização é favorecida com o trabalho consolidado das Xavante coletoras de sementes que formam um grupo de 148 mulheres de 18 aldeias. Em 2025 elas coletaram e comercializam 2.672,7 kg junto com a Rede de Sementes do Xingu, quantidade que impressiona pelo volume, e também pelas 57 espécies coletadas, representando um aumento na diversidade de sementes. Por meio da atividade, as coletoras receberam um valor de R\$ 96,6 mil reais que são divididos entre elas de acordo com a quantidade de sementes que cada uma coletou.

Fórum Popular Socioambiental de Mato Grosso

Articulação e mobilização do Formad deram visibilidade a territórios em espaços nacionais e internacionais



Representantes de filiações do Formad durante Assembleia Geral de 2025. Foto: Bruna Pinheiro/Formad

Uma das maiores redes de articulação e incidência no campo socioambiental do estado, o Fórum Popular Socioambiental de Mato Grosso (Formad), vem se consolidando em atuações estratégicas. Com 34 entidades filiadas, a rede esteve à frente de campanhas e ações nos territórios ao longo de 2025, que foi marcado por uma intensa atuação política e resistência, além da consolidação institucional para o Formad, em âmbito regional, nacional e até internacional.

Por mais um ano, o cenário político-institucional em Mato Grosso é destaque por retrocessos socioambientais, com enfraquecimento e redução de capacidades de órgãos de controle e denúncias, concentração de poder no Executivo e esvaziamento dos espaços de participação e controle social. Paralelamente, temas críticos como déficit de Reserva Legal, drenagem de áreas úmidas (especialmente nas regiões do Araguaia e Guaporé), expansão da irrigação, grilagem de terras e revisões em instrumentos de gestão hídrica intensificaram os conflitos e a pressão sobre territórios e comunidades.



Rio Cuiabá sem pescadores. Foto: Bruna Pinheiro/Formad

Diante desse contexto, o Formad reafirmou seu caráter político enquanto articulação coletiva, com uma incidência que alia produção de conhecimento técnico, mobilização social e presença ativa em espaços institucionais estratégicos. Ao longo do ano, a rede participou de conselhos, comissões e fóruns relevantes em níveis estadual e nacional, exercendo controle social qualificado e disputando narrativas frente a propostas legislativas regressivas, como iniciativas relacionadas à pesca, ao uso de agrotóxicos e à flexibilização de normas ambientais no Cerrado.

No campo da comunicação, foram desenvolvidas campanhas de engajamento, produção de conteúdos críticos e estratégias de visibilização de pautas socioambientais. Destaca-se a repercussão da série especial sobre o primeiro ano de vigência do “Cota Zero” (Lei 12.434/24 – proibição da pesca), que contribuiu para recolocar o tema na agenda pública e na imprensa. A atuação jurídica segue como eixo de enfrentamento aos retrocessos, com elaboração de análises técnicas de constitucionalidade, produção de subsídios jurídicos e articulação de ações em parcerias em diferentes instâncias. Um trabalho que tem fortalecido a capacidade de resposta institucional frente a ameaças legais e políticas.

Nos territórios, o Formad manteve presença ativa em conflitos socioambientais, apoiando a defesa de Unidades de Conservação, como Taiamã e Estação Ecológica do Pantanal, e de territórios tradicionais, como a Resex Guariba Roosevelt. Também atuou em casos emblemáticos, como o Portão do Inferno, em Chapada dos Guimarães, e junto a comunidades diretamente impactadas por políticas públicas, como pescadores afetados pela legislação da pesca.

Formad na COP



Lançamento do Fórum Global de Comunidades Locais, em agenda da COP30. Foto: Bruna Pinheiro/Formad

A agenda internacional também foi destaque do Formad em 2025, com a mobilização das filiadas para a participação na COP-30, em Belém. Ao todo, 14 organizações da rede estiveram na capital do Pará para as agendas oficiais e os espaços paralelos de eventos.

Entre as pautas prioritárias: a defesa da pesca artesanal frente às políticas e injustiças que ameaçam o modo de vida de pescadores e pescadoras, e a inserção das comunidades tradicionais na agenda climática. Um material especial sobre o Cota Zero foi produzido e distribuído na Conferência, além da inclusão da pauta em diferentes mesas e rodas de conversa. O Formad também apoiou o movimento de articulação de comunidades locais que resultou no lançamento do Fórum Global de Comunidades Locais na COP30.

O olhar da sociedade civil sobre as políticas socioambientais de Mato Grosso

O Observatório Socioambiental de Mato Grosso (Observa MT) é uma rede composta por organizações que atuam na defesa do desenvolvimento sustentável, da proteção ambiental e da garantia dos direitos dos povos indígenas e tradicionais no estado de Mato Grosso. A rede se dedica ao acompanhamento e monitoramento de políticas públicas, à produção de análises técnicas e jurídicas e à incidência política das pautas socioambientais.

Nos últimos anos, as propostas de lei que flexibilizam o uso de áreas protegidas e fragilizam a política ambiental têm avançado. Em meio a isso, a grilagem de terras e o avanço do agronegócio ameaçam as Unidades de Conservação, bem como territórios indígenas e as comunidades tradicionais. Diante

disso, o Observa MT, junto ao Fórum Popular Socioambiental de Mato Grosso (Formad), vem atuando na defesa e proteção dessas áreas.

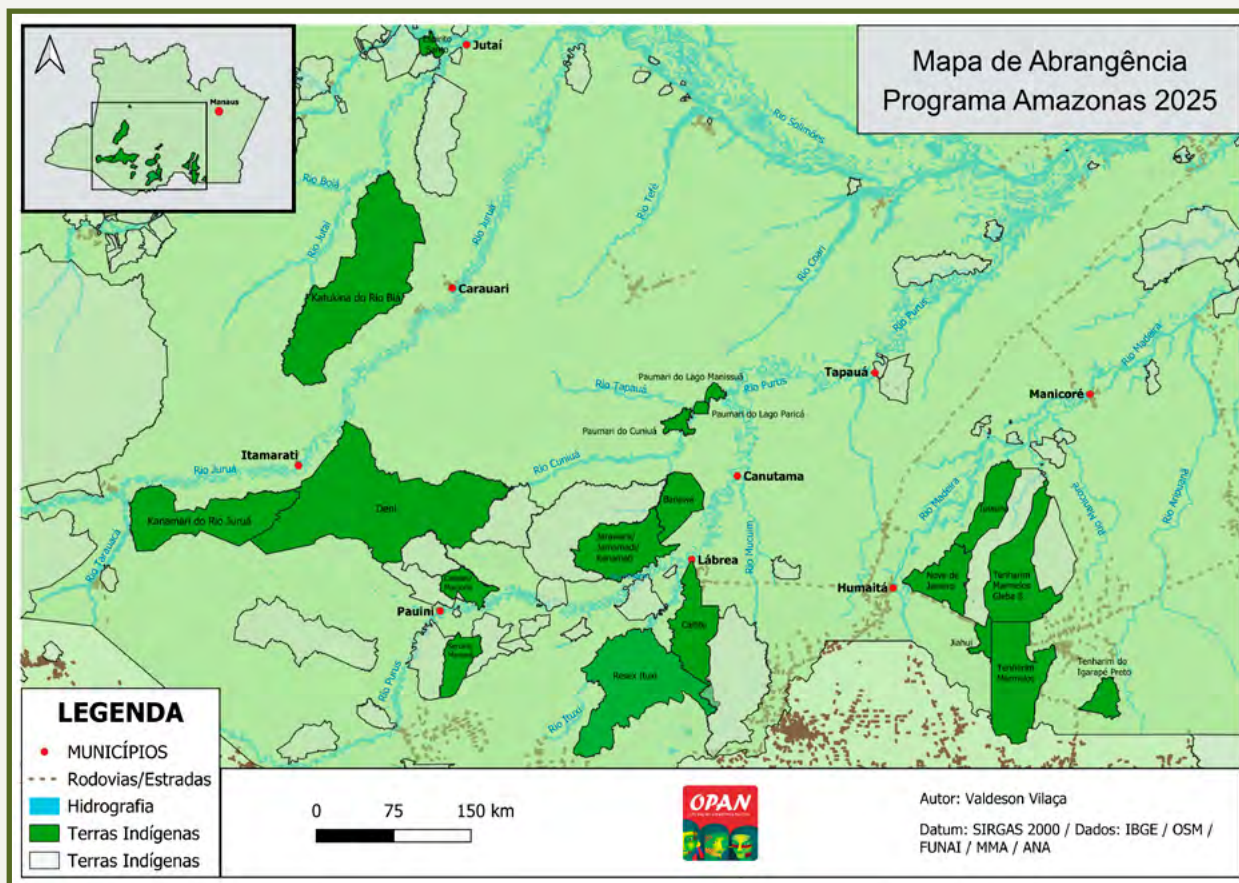


Parque Estadual Cristalino II. Foto: Prefeitura do município Novo Mundo

Nos últimos anos, as propostas de lei que flexibilizam o uso de áreas protegidas e fragilizam a política ambiental têm avançado. Em meio a isso, a grilagem de terras e o avanço do agronegócio ameaçam as Unidades de Conservação, bem como territórios indígenas e as comunidades tradicionais. Diante disso, o Observa MT, junto ao Fórum Popular Socioambiental de Mato Grosso (Formad), vem atuando na defesa e proteção dessas áreas.

Em 2025, o Observa MT se dedicou principalmente à defesa do Parque Estadual Cristalino II, ameaçado pelo decreto nº 2.628 de 2021, de criação do Parque, publicando análises técnicas visando suspender a decisão. Dentre outras pautas, além de monitorar as proposições legislativas e atos publicados no Diário Oficial do Estado, o Observa MT também colaborou com campanhas contra o “PL do Veneno” e a Moratória da Soja, além do Portão do Inferno, no Parque Nacional da Chapada dos Guimarães, defendendo a legalidade no processo de licenciamento da obra de retaludamento que estava prevista para o local.

Amazonas



Bacia dos rios Purus e Madeira

Brigada Apurinã da Terra Indígena Caititu é formalizada

Criada com a principal finalidade de proteger as exuberantes unidades de Sistemas Agroflorestais (SAFs), a brigada indígena de enfrentamento a incêndios da Terra Indígena (TI) Caititu, na região sul do Amazonas, foi formalizada em 2025. A contratação pelo Centro Nacional de Prevenção e Combate aos Incêndios Florestais (Prevfogo), do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), valoriza e fortalece a atuação dos brigadistas e a proteção do território.

O reconhecimento se deu a partir da qualidade do trabalho desempenhado voluntariamente durante três anos com ações de educação ambiental, reflorestamento, prevenção e combate aos incêndios florestais, e após o curso formativo ministrado pelo PrevFogo em 2024, solicitado pela Associação dos Produtores Indígenas da Terra Indígena Caititu (APITC) junto à OPAN, com a capacitação de 23 indígenas.



A Brigada Indígena de Incêndio da Terra Indígena (TI) Caititu, que já atuava voluntariamente desde 2022, foi oficialmente contratada pelo Ibama em junho de 2025. Foto: Talita Oliveira/OPAN

A brigada passou a contar também com uma estrutura melhor que inclui Equipamentos de Proteção Individual (EPIs), ferramentas e veículos, além da remuneração para os brigadistas durante o período de contratação de seis meses por ano.

Direitos adquiridos após ciclo de oficinas na região sul do Amazonas

A partir do diálogo com a Defensoria Pública do Estado do Amazonas (DPE), foi realizado em novembro de 2025, na aldeia Novo Paraíso, na Terra Indígena (TI) Caititu, um mutirão que se configurou como uma materialização de direitos, impulsionada pelo protagonismo direto dos



Ao longo de três dias de mutirão, 786 pessoas foram atendidas, beneficiando não apenas o povo Apurinã, mas também os Jamamadi, Jarawara e Deni que vivem no território. Foto: Leonilda Apurinã

povos indígenas deste território para enfrentar violações de direitos sistêmicas. A iniciativa surgiu após a identificação de que 1500 pessoas, de 23 aldeias, tiveram pedidos negados ou não possuíam documentos básicos para acessar direitos e benefícios sociais, como aposentadoria, Bolsa Família, entre outros. Além do povo Apurinã, também foram atendidas pessoas dos povos Jamamadi, Jarawara, Paumari e Deni do rio Cuniuá.

O resultado se deu após um ciclo formativo realizado com defensoras e defensores indígenas de direitos entre 2023 e 2024, em articulação com a Federação das Organizações e Comunidades Indígenas do Médio Purus (Focimp) e da Associação dos Produtores Indígenas da Terra Indígena Caititu (APITC), a partir do qual as lideranças identificaram a carência de acesso a

benefícios previdenciários e assistenciais como a violação que mais os impactava.

Durante o mutirão, foi possível realizar a retificação de registros civis, especialmente para fins de reconhecimento do pertencimento indígena, o serviço mais demandado da ação. Além disso, foram solucionadas pendências relacionadas a benefícios sociais, solicitações de atendimentos médicos, prestadas orientações pela Funai e ajuizadas ações judiciais, como pedidos de pensão, tutelas de urgência e defesas em diferentes processos. Ao todo, foram realizados 786 atendimentos diretos durante o mutirão. Somadas às demandas apresentadas em nome de familiares, a ação alcançou um número ainda maior de pessoas e ampliou significativamente seus resultados.

“Pra gente foi maravilhoso. Uma conquista nossa, da gente como defensor e como organização junto com os parceiros”, afirmou Pedro Antonio Gomes de Assis, defensor de direito indígena e coordenador financeiro da APITC. “Um acontecimento que nunca tinha visto no território”, disse Leonilda Souza da Silva.

Ao final do mutirão, foi elaborada ainda uma petição coletiva denunciando violações praticadas no atendimento do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), protocolada no Ministério Público Federal (MPF). A iniciativa representou mais uma conquista da atividade, que extrapolou o ciclo formativo e se consolidou como um momento de concretização de direitos básicos historicamente negados às populações indígenas do território.

Mulheres fortalecidas: em caravana, manejadoras de pirarucu do povo Paumari vão até o Juruá para rica troca de conhecimentos

Representando a Associação Indígena do Povo das Águas (AIPA), mulheres indígenas Paumari do rio Tapauá, no Amazonas, viajaram até o rio Juruá, em abril de 2025, onde puderam apresentar, com grande orgulho, o manejo sustentável de pirarucu que realizam em seu território, além de aprender com a experiência e a organização de mulheres manejadoras da região. A iniciativa foi realizada pela AIPA junto com a Associação das Mulheres Agroextrativistas do Médio Juruá (ASMAMJ), e apoio da OPAN.

Durante a caravana, trocaram informações sobre as técnicas desenvolvidas e as conquistas possibilitadas pela atividade, como a remuneração justa para as manejadoras e o uso de recursos para a aquisição de produtos com seu próprio dinheiro. Elas se reuniram na comunidade São Raimundo, na Resex Médio Juruá, e na comunidade Lago Serrado, Acordo de Pesca próximo ao município de Caruari.

Na comunidade São Raimundo, as Paumari conheceram a expressiva participação das mulheres no manejo, que chega a representar 49% da equipe envolvida na atividade. A organização comunitária e a trajetória de luta para conquista da Resex também se destacaram como exemplos inspiradores para as manejadoras.

As mulheres Paumari visitaram a usina solar adquirida pela comunidade com recursos provenientes do manejo do pirarucu, que garante energia para todas as famílias. A conquista foi viabilizada com o apoio da Associação dos Produtores Rurais de Caruari (Asproc), organização representativa das comunidades da região. Outras alternativas de geração de renda apresentadas foram a extração de fragrâncias de produtos naturais, além da coleta e processamento de açaí e outros produtos da sociobiodiversidade.

A comunidade também apresentou o grupo Jovens Lutando Pela Caminhada (JLPC), responsável por desenvolver ações de educação ambiental junto à comunidade. A iniciativa tem fortalecido a formação e o engajamento da juventude, além de contribuir para a qualidade de vida na comunidade São Raimundo. A qualidade da gestão ambiental feita coletivamente promove um local preservado e de grande beleza em todos os espaços da comunidade.



Realizada pela AIPA e ASMAMJ, a caravana promoveu o encontro entre as mulheres Paumari e extrativistas das comunidades no Médio Juruá. Foto: Talita Oliveira/OPAN

Descendo o rio Juruá até o Lago Serrado, em uma paisagem marcada pela beleza e força das águas, as mulheres também dialogaram sobre as técnicas de manejo e a participação feminina na atividade. As conversas abordaram ainda os desafios enfrentados pelas manejadoras, como a conciliação da maternidade com o trabalho, além dos processos de sensibilização e apoio construídos junto aos homens para fortalecer a participação das mulheres no manejo.

“No início de toda a história do manejo não se imaginaria um momento como esse, de mulheres saindo em caravana e juntando força umas com as outras, partilhando suas experiências. A gente estar aqui hoje é uma grande conquista. A gente luta por algo que é nosso de direito”, declarou Fernanda Moraes, presidenta da Associação dos Moradores Agroextrativistas do Baixo-Médio Juruá (AMAB).

A realização da caravana teve como resultado direto o fortalecimento das mulheres participantes. A partir da troca de experiências e da valorização do seu papel na comunidade, as mulheres ganham mais confiança para a conquista de espaços nas atividades comunitárias e nos projetos coletivos de interesse de seus povos.

“Percebemos que as conquistas das comunidades são fruto da união das pessoas. Voltamos mais fortes para levar novos conhecimentos e força de união para o nosso povo”, avaliou Ana Paula Paumari, secretária da AIPA.



Povo Paumari realiza pesca de “peixe gordo” e sua 13ª pesca manejada de pirarucu

Entre os meses de março e abril de 2025, o povo Paumari do rio Tapauá fez a segunda pesca experimental de “peixe de gordo”, termo regionalmente conhecido para espécies formadoras de cardume, como os jaraquis, pacus, sardinhas, matrinxãs e outros, com a comercialização de matrinxã, e a venda direta para a prefeitura do município de Canutama. A atividade é mais uma alternativa de geração de renda desenvolvida com mecanismos que se alinham à proteção territorial dos Paumari; esta iniciativa piloto está associada à ampliação da pesca manejada pelo povo Paumari a partir da exitosa experiência com o manejo do pirarucu.

A pesca manejada do “peixe gordo”, realizada pelos Paumari pela segunda vez, é uma iniciativa piloto que visa incorporar o vasto conhecimento tradicional do povo sobre os peixes e os aprendizados acumulados em mais de uma década com o manejo do pirarucu. Foto: AIPA

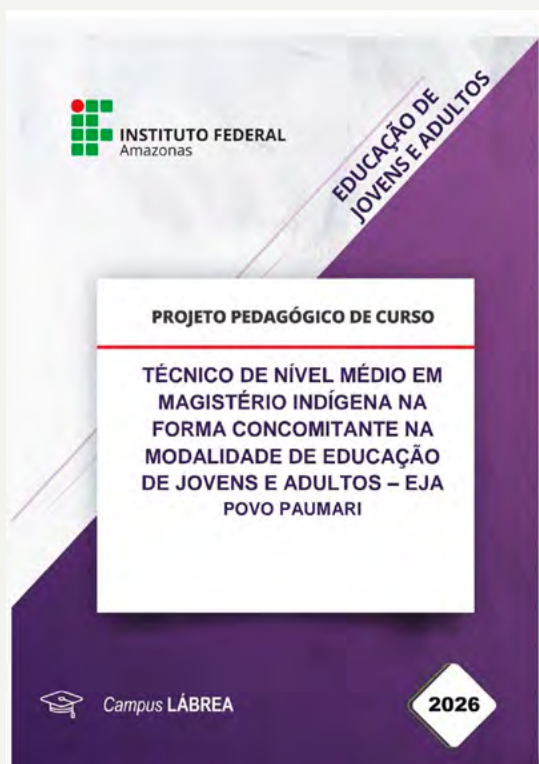
Nesse ano, os Paumari também realizaram a sua 13ª pesca manejada de pirarucu, com 310 peixes capturados. Com apoio da OPAN nas articulações para a comercialização, a produção foi destinada ao Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) - acionado anteriormente somente em caráter emergencial, durante a seca extrema dos rios - e outra parte para o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), na modalidade de compra direta voltada às escolas do povo Paumari.

Com o valor adquirido na pesca de 2025, os Paumari destinaram uma parte dos recursos ao uso coletivo do povo, sob gestão da Associação Indígena do Povo das Águas (AIPA); e outra para divisão entre as mulheres, homens e os jovens envolvidos na atividade.

Povo Paumari prioriza educação escolar em seu território

O povo Paumari vem dedicando esforços na educação escolar indígena, visando a construção do Projeto Político Pedagógico (PPP) das escolas e a formação de professores. Por meio da AIPA, com o apoio da OPAN, o povo realiza continuamente ações de incidência junto às secretarias municipais e estaduais e ao Ministério Público Federal, para a garantia dos direitos educacionais do povo, contando também com o Instituto Federal do Amazonas (IFAM).

Junto ao IFAM, como forma de alavancar a formação de professores, os Paumari conquistaram em 2025 a aprovação do Magistério Indígena Paumari, que agora está em diálogo para início das aulas.



Outra ação importante para a educação escolar tem sido o vínculo entre a sala de aula e o manejo de pirarucu. Em 2024, foi inaugurada a experiência de integrar a escola à estrutura flutuante do manejo, permitindo que as atividades pedagógicas acontecessem no próprio contexto da pesca. A experiência se repetiu em 2025, fortalecendo a educação escolar a partir de um elemento central da cultura e dos conhecimentos tradicionais do povo Paumari.

Moradores da Resex Ituxi fortalecem a organização social e o trabalho coletivo nas cadeias produtivas da castanha e do açaí

Desde 2021 a OPAN vem atuando com os moradores da Reserva Extrativista (Resex) Ituxi, localizada entre a Terra Indígena Jacareúba-Katawixi, onde vivem povos isolados, e a Resex do Médio Purus. Através do apoio na formação de coletivos das cadeias produtivas da castanha e do açaí, busca-se, além de ganhos financeiros mais relevantes do que os ofertados na comercialização individual dos produtos, o fortalecimento da organização comunitária e do potencial de conservação ambiental da região frente às pressões do entorno.

Em 2025, o arranjo coletivo da castanha no território da Resex Ituxi envolvia 35 famílias, o dobro em relação a 2021. Uma iniciativa importante para a organização do coletivo foi a criação de um capital de giro, em que os produtores destinam uma parte da coleta para que, com o dinheiro em caixa, tenham mais autonomia. Apesar da variação na quantidade de castanhas nos últimos anos, em decorrência das alterações climáticas, o fundo teve um aumento de 76% entre 2021 e 2025.

A coleta e comercialização de açaí pelos moradores Resex também vêm passando por um processo de maior organização, com cerca de 12 famílias envolvidas na atividade em 2025. A estruturação do extrativismo do açaí como cadeia produtiva ainda é recente no território, mas já demonstra potencial para fortalecer a geração de renda dos comunitários e oferecer alimento de qualidade para o mercado local. Mesmo diante da redução na produção observada em 2025, possivelmente relacionada aos impactos das mudanças no clima, as famílias produziram 3,2 mil quilos de açaí *in natura*.



Produção de açai dos moradores da Resex Ituxi. Foto: Valdeson Vilaça/OPAN

Seminário da Resex Ituxi rememora luta para criação da unidade e da associação dos comunitários

A Resex Ituxi, em Lábrea (AM), sediou em novembro de 2025 o “Seminário Local da Reserva Extrativista Ituxi: avaliando a atualidade e projetando o futuro”, realizado na comunidade Vila Vitória. A atividade reuniu cerca de 70 participantes, entre representantes de organizações parceiras e moradores de 17 comunidades, e teve como objetivo o aprimoramento da gestão da Unidade de Conservação entre os comunitários, o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), órgão gestor da unidade, e organizações parceiras.

Os participantes rememoraram o histórico de luta para criação da UC, formalizada em 2008, e da Associação dos Produtores Agroextrativistas da Assembleia de Deus do Rio Ituxi (Apadrit), representante dos moradores da Resex, a partir de mobilizações conectadas à luta de extrativistas de todas as regiões da Amazônia, guiadas pelos ideais de Chico Mendes.

Durante o evento, foi construído um diagnóstico coletivo sobre os desafios, oportunidades e perspectivas para a Resex e suas comunidades. O documento observou ameaças como o desmatamento, a implantação de hidrelétricas, a mineração e outras pressões sobre o território, apontando também caminhos para o fortalecimento da agricultura, das cadeias de valor da sociobiodiversidade e do envolvimento da juventude nos processos de organização e defesa do território.

Promovido pela Apadrit e pela OPAN, em parceria com o ICMBio, Fundo Vale, Instituto Desenvolver e Instituto de Conservação e Desenvolvimento Sustentável da Amazônia (Idesam), o seminário contou também com a participação do Instituto de Desenvolvimento Agropecuário e Florestal Sustentável do Estado do Amazonas (IDAM).



A programação do seminário envolveu a construção coletiva de um diagnóstico de desafios e oportunidades para a Resex Ituxi.
Foto: Talita Oliveira/OPAN

A Reserva Extrativista Ituxi abrange cerca de 776 mil hectares no município de Lábrea, no sul do Amazonas. Em seu entorno, diversas unidades de conservação e terras indígenas formam um mosaico de áreas protegidas: a Resex Médio Purus, a Floresta Nacional do Iquiri, o Parque Nacional Mapinguari, a Terra Indígena Caititu, as Terras Indígenas Paumari e a Terra Indígena Jacareúba-Katawixi. Além das populações extrativistas, a Resex Ituxi também é lar de comunidades indígenas dos povos Banawa, Apurinã, Paumari e Kaxarari.

Fortalecimento do olhar integrado sobre a gestão territorial no Amazonas

Como resultado dos trabalhos desenvolvidos ao longo dos anos, a OPAN foi convidada em 2025 a compor quatro conselhos deliberativos de Unidades de Conservação no Amazonas, uma oportunidade de contribuir com a gestão territorial integrada de áreas protegidas, favorecendo a conservação da biodiversidade promovida pelas populações locais.



Valdeson Vilaça e Diogo Giroto, respectivamente suplente e titular no conselho representando a OPAN, e Pietro Paiva, analista ambiental e chefe do Núcleo de Gestão Integrada (NGI) do ICMBio Lábrea, durante a cerimônia de posse. Foto: Divulgação ICMBio

O primeiro convite veio da Reserva Extrativista (Resex) Ituxi, em março, onde a OPAN vem apoiando o fortalecimento da organização social a partir da formação de coletivos das cadeias produtivas da castanha e do açaí. Na sequência, em abril, a instituição foi convidada a compor a Unidade de Conservação adjacente, a Resex do Médio Purus. Com isso, a OPAN passou a compor também as câmaras técnicas de gestão de conflitos e de indígenas isolados, instâncias responsáveis por subsidiar as deliberações e encaminhamentos do conselho gestor da unidade.



Magno dos Santos, titular no conselho representando a OPAN, Aline Martins Ferreira, chefe substituta do Núcleo de Gestão Integrada (NGI) do ICMBio Lábrea e Antonio Miranda, suplente no conselho representando a OPAN. Foto: Divulgação ICMBio



Manoel Cunha, gestor da Resex Médio Juruá, e José Cândido, suplente da OPAN nos conselhos da Resex Médio Juruá e RDS Uacari. Foto: David Guimarães

Próximo à Resex Médio Purus, está a Área de Restrição de Uso do Mamoriá Grande, onde também vivem povos isolados, o que amplia a responsabilidade e relevância de uma gestão territorial qualificada na região.

Em outra área de atuação, na região do Médio Juruá, a OPAN passou a fazer parte dos conselhos deliberativos da Resex Médio Juruá e Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS) Uacari. Nessas áreas, a instituição vem atuando em parceria com as comunidades locais no fortalecimento da organização social, do manejo de pirarucu e das estratégias de proteção integrada entre as unidades de conservação e as terras indígenas da região. Como desdobramento dessa articulação o indígena Edson Kulina também passou a compor o conselho, representando o povo Kulina do rio Ueré, que está lutando pela demarcação de seu território.

Bacia do Médio Juruá

Povo Deni do rio Xeruã: manejo de pirarucu e acordos para a grande festa Bani Vadanaha

O povo Deni do rio Xeruã incorporou o manejo de pirarucu como elemento da gestão do território ao ver a potência de conservação ambiental promovida com a atividade. Em 2025, a experiência do trabalho foi compartilhada com comunitários do Acordo de Pesca de Itamarati, município onde se localiza a Terra Indígena (TI) Deni na porção do rio Xeruã. Participaram do intercâmbio nove pescadores de cinco comunidades, além do Instituto Juruá, que apoia o manejo de pirarucu na região.

“A participação da representação do Acordo de Pesca foi muito proveitosa tanto para os pescadores ribeirinhos quanto para o povo Deni, com as pessoas em interação, participando ativamente do trabalho, fazendo observações e discutindo situações e procedimentos”, avalia em relatório a equipe da OPAN que acompanhou o trabalho.

A pesca manejada foi realizada pelos Deni durante a vazante, em agosto, como estratégia para evitar a pesca em uma estiagem mais severa, como à que inviabilizou a atividade em 2024. Apesar dos desafios enfrentados, o povo conseguiu capturar os 150 peixes previstos e comercializar a produção para o arranjo comercial da marca coletiva Gosto da Amazônia. Os recursos recebidos foram destinados para projetos coletivos do povo.



Manejadores do povo Deni trabalhando na evisceração dos pirarucus. Foto: Felipe Rossoni/OPAN

Outro marco de 2025 para o povo Deni do rio Xeruã foi a decisão, tomada durante a sua 20ª assembleia, de realizar a festa tradicional *Imaamushinaha Bani Vadanaha* em 2026, celebração que não era realizada há duas décadas. O ritual, que pode durar até três meses, mobiliza todo povo

e possui profundo significado cultural, social e político. Entre as suas principais características estão a construção de acordos políticos, o fortalecimento das relações de amizade, as brincadeiras coletivas, cantos sagrados e a partilha de diversos tipos de caçumas, bebidas tradicionais feitas de mandioca, cará, banana, abacaxi, entre outros ingredientes, além da caça e diversos outros alimentos tradicionais do povo.

Povo Kanamari do rio Xeruã atua por proteção territorial e qualificação na alimentação escolar

O povo Kanamari do rio Xeruã realizou em 2025 a 15ª assembleia da Associação do Povo Tâkuna do rio Xeruã (Aspotax), que contou também com a participação de lideranças Deni do Xeruã. A assembleia debateu temas como a proteção e vigilância territorial, recuperação da fauna e o fortalecimento da alimentação escolar.



Cerimônia de abertura da 15ª assembleia da Associação do Povo Tâkuna do rio Xeruã (Aspotax). Foto: Aspotax

Os Kanamari planejam estruturar o sistema de vigilância em sua terra, especialmente diante de invasões que vêm sendo registradas no território. Como parte das estratégias de proteção e manejo, definiram ainda a reserva de áreas com restrição temporária à pesca e à caça, visando que as espécies se recuperem para garantir, posteriormente, a retomada das atividades de forma controlada e sustentável.

A assembleia também teve como pauta a participação do povo no Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), incluindo a divisão dos recursos gerados pela iniciativa. O programa prevê a compra direta de alimentos produzidos pelos próprios indígenas, garantindo alimentação escolar saudável, alinhada com a cultura alimentar do povo, além da geração de renda local.

Protocolo de consulta do Médio Juruá

Desde 2023 a OPAN tem assessorado o Fórum Território Médio Juruá, composto por comunidades e parceiros de organizações sociais, na facilitação do processo de elaboração do Protocolo de Consulta e Consentimento Livre, Prévio e Informado de comunidades extrativistas do Médio Juruá. Ao longo deste percurso, foram organizados diferentes espaços de debate para a construção coletiva das regras que devem orientar a consulta às comunidades extrativistas diante de medidas administrativas, legislativas ou quaisquer outras que afetem o território e suas populações.

Em 2025 foram realizadas dez reuniões setoriais informativas sobre o direito à Consulta e Consentimento Livre, Prévio e Informado, que contaram com a presença de centenas de lideranças comunitárias e representantes de organizações de base do Médio Juruá. Essas reuniões foram fundamentais para o fortalecimento do direito à autodeterminação das comunidades e para a construção coletiva das regras do Protocolo de Consulta do Médio Juruá, que deve ser concluído em 2026.

Coletivo do Pirarucu

Programa Arapaima é criado: mais uma vitória para os manejadores e manejadoras

2025 foi um ano intenso para o Coletivo do Pirarucu. Ao longo do período, o grupo participou de diversas atividades na COP30 e na Semana da Sociobiodiversidade, ampliando a visibilidade do manejo e fortalecendo os espaços de diálogo e incidência. Logo no começo do ano, em fevereiro, outro importante avanço marcou essa trajetória: a criação do Programa Arapaima, política pública que proporciona fortalecimento do manejo e das populações envolvidas na atividade.



Sara Quizia, analista ambiental do Ibama; Jéssica Souza, integrante do Coletivo do Pirarucu; Mauro Pires, presidente do ICMBio; Cristina Buck, analista ambiental do Ibama e coordenadora do Programa Arapaima; e Joel Araújo, superintendente do Ibama no Amazonas. Foto: Divulgação Ibama

Lançado por meio da Portaria nº 22 do Ibama, o “Programa de Manejo Sustentável do Pirarucu (Arapaima gigas) e Conservação de Ecossistemas de Várzea”, foi concretizado na data de comemoração de 36 anos da autarquia, a responsável técnica pelo acompanhamento da atividade em todo o estado do Amazonas.

A importância do Programa e de todo o trabalho dos manejadores também foi valorizada pela presença da Ministra Marina Silva, além do presidente do Ibama, Rodrigo Agostinho, e de servidores públicos que vêm se dedicando à atividade, como Cristina Buck, analista ambiental e coordenadora do programa.

“A publicação do programa é uma vitória coletiva. A força do grupo, somada à conjuntura atual, foi fundamental para avançarmos. Somos muito gratos ao apoio do Coletivo e de todos os manejadores e manejadoras”, comemorou a coordenadora.

O Programa Arapaima visa estimular práticas comunitárias de proteção territorial e de organização dos manejadores e manejadoras, além de apoiar a geração dos benefícios socioeconômicos.

São os objetivos principais do Programa: 1 - fortalecer o manejo sustentável do pirarucu, aprimorando a proteção territorial, a contagem, a pesca e as avaliações de sustentabilidade nas áreas de manejo; 2 - garantir a rastreabilidade para monitoramento, controle e exportação da espécie; 3 - conservar ecossistemas de várzea, contribuindo para a mitigação dos efeitos das mudanças climáticas; 4 - promover a bioeconomia com inclusão social das comunidades ribeirinhas, indígenas, pescadores e populações tradicionais e; 5 - apoiar a vigilância comunitária nas áreas de manejo, fortalecendo a proteção dos territórios.

Fortalecendo redes de agroecologia no Amazonas

No contexto do manejo do pirarucu, também foram realizadas articulações junto à Rede Maniva de Agroecologia, ao Organismo Participativo de Avaliação da Conformidade Orgânica (OPAC-Maniva) e à Comissão de Produção Orgânica do Amazonas (CPOrg-AM), com foco no acompanhamento do processo de revisão da normativa que rege os mecanismos de certificação orgânica no Brasil.

As contribuições concentraram-se especialmente na defesa da inclusão de organismos de origem animal na normativa, buscando viabilizar, futuramente, a certificação orgânica do pirarucu oriundo do manejo sustentável realizado por povos indígenas e comunidades tradicionais do Amazonas. A contribuição nesse processo visa fortalecer o reconhecimento de práticas sustentáveis de manejo e ampliar oportunidades de valorização e acesso a mercados diferenciados para os produtos da sociobiodiversidade amazônica.

Já no Conselho Estadual de Agroecologia e Produção Orgânica do Amazonas (CEAPO), onde a OPAN possui representação, houve contribuições em debates e processos de construção do Plano Estadual de Agroecologia e Produção Orgânica. A atuação no conselho buscou fortalecer políticas públicas voltadas à agroecologia, à produção sustentável e à valorização dos modos de vida e sistemas produtivos dos povos indígenas e comunidades tradicionais do Amazonas, além de colaborar para a consolidação de estratégias estaduais alinhadas à conservação ambiental e à segurança alimentar.



1ª CONFERÊNCIA MULHERES INDÍGENAS

Abertura da I Conferência Nacional das Mulheres Indígenas, em Brasília (DF). Foto: Talita Oliveira/OPAN

NCIA NACIONAL DAS
HERES



3. INCIDÊNCIA NACIONAL E INTERNACIONAL

Destacamos a mobilização e articulação dos povos indígenas, extrativistas e populações tradicionais, a partir de suas organizações locais, em importantes espaços nacionais de incidência política, como a Semana da Sociobiodiversidade. O encontro reuniu representantes de diferentes territórios do país em defesa de políticas públicas e no enfrentamento à crise climática.

Fruto da organização das mulheres em cada território, foi realizada, em agosto de 2025, a I Conferência Nacional das Mulheres Indígenas, juntamente com a IV Marcha Nacional das Mulheres Indígenas. Os eventos reuniram lideranças de todo o país em torno de pautas como o combate das violências, a demarcação territorial e a construção de políticas públicas que garantam o bem viver dos povos indígenas de todo o país.

Apresentamos, ainda, ações de incidência por reparação pelos crimes da ditadura militar contra os povos indígenas, como os Tapayuna e Kayabi, de Mato Grosso, cujas demandas foram levadas a espaços de representação e denúncia em âmbito internacional.

Semana da Sociobio: 450 lideranças reafirmam o legado de Chico Mendes e da Aliança dos Povos da Floresta

Lideranças indígenas e de povos e comunidades tradicionais se reuniram em Brasília, em setembro de 2025, para dialogar sobre as políticas socioambientais. Com o tema “Semana da Sociobiodiversidade: Fortalecendo Economias Sustentáveis, Pessoas, Culturas e Gerações”, o evento reafirmou a importância do legado de Chico Mendes e da aliança dos povos da floresta, do campo e das águas como estratégia de luta popular na garantia e na proteção dos territórios e maretórios. O evento foi coordenado pelo Conselho Nacional das Populações Extrativistas (CNS) e apoiado pela OPAN e diversas organizações aliadas.

Estiveram presentes mais de 230 participantes, de 97 organizações. Juntos, dialogaram sobre as economias da sociobiodiversidade baseadas na conservação do meio ambiente, no desenvolvimento econômico, na valorização dos conhecimentos tradicionais e na equidade social.

Durante a semana, manejadores de pirarucu construíram agendas com o Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar (MDA), Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA), Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP), Polícia Federal, MMA, Ibama e outros órgãos, levando as pautas de relevância para a atividade. O mesmo foi feito pelos coletivos de castanheiros, seringueiros e de outras economias da sociobiodiversidade.

“O manejador falando diretamente com quem rege as leis e normas para aquele trabalho que nós fazemos, e a gente participar e colocar o nosso ponto de vista foi uma oportunidade muito interessante”, avalia Diomir Santos, da Associação dos Comunitários que Trabalham com o Desenvolvimento Sustentável do Município de Jutai (ACJ), que integra o Coletivo do Pirarucu.

Para fortalecimento da economia da castanha-da-Amazônia, foi realizado na Semana da Sociobiodiversidade um mapeamento participativo de 14 regiões de coleta ou “Regiões Castanheiras”, o que irá contribuir com as atividades em curso no Coletivo da Castanha, entre eles o sistema de inteligência ecológica e econômica desenvolvida pelo grupo.

A Semana da Sociobiodiversidade contou com diversos painéis, discussões e encontros. No dia 5, Dia da Amazônia, foi realizada uma sessão solene no Congresso Nacional e no Palácio do Planalto, respectivamente, além da marcha pré-COP intitulada “A resposta somos nós!”.

O evento foi concluído com a elaboração e entrega da Carta da Semana da Sociobiodiversidade, em defesa da Amazônia e do fortalecimento de seus povos, para a ministra do Meio Ambiente e Mudança do Clima, Marina Silva.



A sessão solene em homenagem ao Dia da Amazônia contou com a presença de lideranças extrativistas e representantes de movimentos sociais mobilizados na Semana da Sociobiodiversidade. Foto: Thiago Araújo/IEB

“A aliança dos povos da floresta se amplia e agora tem que ser aliança também com os povos da cidade”, disse a ministra. Além de Marina Silva, também recebeu a carta o presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na solenidade do Dia da Amazônia.

A força política das mulheres indígenas

2025 foi um ano histórico para as mulheres indígenas, que tiveram a I Conferência Nacional das Mulheres Indígenas, realizada como resultado da Marcha Nacional das Mulheres Indígenas, que nesse ano teve sua quarta edição, e que por isso foram realizadas conjuntamente em agosto. Após as etapas estaduais em todos os biomas do Brasil, as discussões foram enriquecidas até a definição de prioridades para as políticas públicas de todo o país, votadas num imenso plenário no Espaço Funarte, em Brasília (DF).



Sonia Guajajara, ministra dos Povos Indígenas, e Célia Xakriabá, deputada federal, na abertura da IV Marcha das Mulheres Indígenas. Foto: Talita Oliveira/OPAN

As propostas foram consolidadas no documento Carta pela Vida e Pelos Corpos-Territórios: “Nosso corpo é território! Somos as guardiãs do planeta pela cura da terra!”, nos eixos de direito e gestão territorial, emergência climática, saúde, políticas públicas e violência de gênero, educação e saberes ancestrais para o bem viver.



Lideranças indígenas e representantes de ministérios e autarquias durante abertura da I Conferência Nacional das Mulheres Indígenas. Foto: Talita Oliveira/OPAN

A Conferência Nacional foi uma construção da Articulação Nacional das Mulheres Indígenas Guerreiras da Ancestralidade (Anmiga) com o Ministério dos Povos Indígenas e o Ministério das Mulheres. O evento histórico marcou a participação de pelo menos 5 mil participantes, lideranças de todo o país e de países vizinhos, assim como autoridades do movimento indígena e da política brasileira, como as ministras Sonia Guajajara (MPI), Marina Silva, do Ministério de Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA), Márcia Lopes, das Mulheres, Margareth Menezes, da Cultura, a deputada Célia Xakriabá, a presidente da Funai, Joenia Wapichana, a autoridade em clima, Sineia do Vale, além de secretárias, vereadoras e servidoras públicas de referência em todo o país.

A Conferência e a Marcha contaram com a participação da OPAN, que contribuiu localmente com a realização de uma etapa estadual da conferência em Mato Grosso, na Terra Indígena Rikbaktsa.

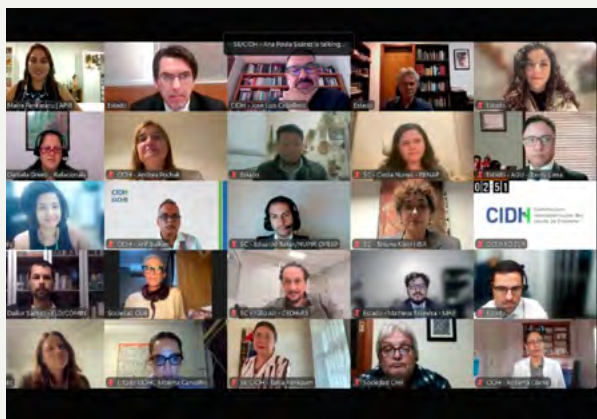
Reparação pelos crimes da Ditadura Militar Brasileira

Os crimes da Ditadura Militar (1964-1985) contra os povos indígenas incluíram uma série de horrores. Assassinatos, estupros de mulheres, torturas, deslocamentos forçados e o assimilacionismo do período marcaram a história e geopolítica do país e a vida dos povos que foram diretamente afetados.

Com apoio da OPAN e de Amigos da Terra (AdT), um relatório apresenta as violências sofridas por povos de Mato Grosso, ao relator especial sobre Verdade, Justiça, Reparação e Garantias de Não Repetição da Organização das Nações Unidas (ONU), Bernard Duhaime, visando o fortalecimento de esforços por reparação.

O documento reforça a urgência de criação de comissões nacionais da verdade com participação dos povos indígenas, a demarcação das terras indígenas, medidas de reparação integrais e, na ocasião apontava para a necessidade de respeito aos direitos constitucionais aos povos indígenas pela câmara de conciliação do Supremo Tribunal Federal (STF) sobre a lei 14.701, do marco temporal.

O pedido de reparação foi fortalecido em 2025 em uma audiência pública da Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH), realizada virtualmente, e que acolheu a denúncia do movimento indígena e de povos diretamente afetados. Na ocasião, a CIDH apoiou de imediato a criação de uma comissão nacional indígena da verdade, disponibilizando a assessoria técnica da Comissão ao Estado brasileiro para sua implementação.



A audiência foi resultado de diversos pedidos apresentados por diferentes organizações: Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB), Articulação dos Povos Indígenas da Região Sul (ArpinSul), Associação das Defensoras e Defensores pela Democracia, Associação de Estudos e Projetos com Povos Indígenas e Minoritários (AEPIM), Comissão Guarani Yvyrupa (CGY), Conselho Indigenista Missionário (CIMI-SUL), Centro pela Justiça e o Direito Internacional

(CEJIL), Centro de Trabalho Indigenista (CTI), Conselho Estadual de Direitos Humanos (CEDH-RS), Conselho Nacional de Ouvidorias de Defensorias Públicas do Brasil (CNODP), Defensoria Pública da União (DPU), Fórum Justiça, Fundação Luterana de Diaconia (FLD), Instituto Socioambiental (ISA),

Justiça Global, Ouvidoria-Geral da Defensoria Pública do Rio Grande do Sul (DPE-RS), Rede Nacional de Advogados e Advogadas Populares (Renap), Serviço de Assistência Jurídica Universitária (SAJU) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), parlamentares como Célia Xakriabá (PSOL/MG), Matheus Gomes (PSOL/RS), Daiana Santos (PCdoB/RS), Renato Roseno (PSOL/CE) e Sofia Cavedon (PT/RS), além da OPAN.

Os direitos humanos dos povos indígenas na 60ª Sessão do Conselho de Direitos Humanos da ONU

A incidência para a defesa dos direitos humanos dos povos indígenas, contou com a participação da OPAN na 60ª Sessão do Conselho de Direitos Humanos da ONU, em Genebra (Suíça). A agenda, extensa, incluiu reuniões voltadas à reparação pelas violações sofridas na ditadura militar, à justiça climática no ano da COP30 no Brasil, à proteção a defensores de direitos humanos e outras pautas relevantes para os povos indígenas e populações tradicionais.

Foram importantes agendas bilaterais com representantes dos mandatos de relatores especiais, incluindo os de Direitos dos Povos Indígenas; Promoção e Proteção dos Direitos Humanos em contexto de mudanças climáticas; Direito Humano ao Meio Ambiente; Situação dos Defensores de Direitos Humanos; Promoção da Verdade, Justiça e Garantia de Não-repetição; e Direito Humano à Água e Saneamento. Nesses encontros, a OPAN apresentou as necessidades do Brasil em cada temática e entregando documentos de apoio, que foram bem recebidos pelas equipes.



Mariana Lacerda, advogada da OPAN, participou da 60ª Sessão do Conselho de Direitos Humanos da ONU, em Genebra (Suíça).
Foto: IDDH

A participação incluiu uma manifestação oral no diálogo interativo sobre o relatório de síntese do Secretariado-Geral da ONU a respeito das mudanças climáticas, consolidando a contribuição da OPAN no debate. Além disso, a instituição marcou presença em eventos paralelos como o debate sobre "Mecanismos Nacionais de Implementação, RPU [Revisão Periódica Universal] e a Promoção da Implementação dos Direitos Humanos em Nível Nacional", a discussão sobre a "Situação de

direitos humanos no Brasil”, promovida pelo Coletivo RPU Brasil, e o briefing “COP30 em Belém: Unindo Forças por um Propósito Comum”, com o Embaixador André Corrêa do Lago.

Adicionalmente, a OPAN participou de uma reunião estratégica para incidência na ONU a partir da Missão Permanente do Brasil junto às Nações Unidas, em Genebra, num diálogo entre a Missão brasileira e a da Suíça. Ainda, foram entregues dois documentos centrais, que condensam informações para a defesa dos direitos indígenas: um dossiê sobre os danos sofridos pelos povos Tapayuna e Kayabi durante a ditadura militar, destinado às Relatorias de Povos Indígenas e de Promoção da Verdade e Justiça, e um segundo documento sobre a situação geral dos direitos indígenas no Brasil frente a ameaças como o Marco Temporal, que foi distribuído a todos as assessorias dos Relatores.



Carla Jarraira (CIR), Mariana Lacerda (OPAN), María Victoria (ONU), Fernanda Lapa (IDHH) e Saulo Cordeiro (MST) durante a 60ª Sessão do Conselho de Direitos Humanos da ONU, em Genebra (Suíça). Foto: IDHH



4. COMUNICAÇÃO

A atuação junto a comunicadores e coletivos vem ganhando mais expressão na OPAN, especialmente com a orientação estratégica de profissionais indígenas nas atividades com os povos Chiquitano e Rikbaktsa. Favorecer a voz autônoma das comunidades proporciona mensagens reais e em profundidade, fundamentais para a sensibilização da opinião pública.

Se destacam do trabalho em 2025 o aumento na produção e nos alcances dos materiais produzidos na instituição, que visam o fortalecimento dos povos indígenas, potencializar o trabalho indigenista e dar transparência às ações da OPAN. Isso de forma dialogada entre a equipe e junto às comunidades retratadas.

A quantidade de publicações do site da OPAN teve um aumento de mais de 50% entre notas, notícias e reportagens. Os principais temas foram no campo da defesa de direitos, pressões e ameaças, gestão territorial, sociobiodiversidade e clima - com diversidade grande de materiais na COP30. Esse esforço refletiu-se diretamente no engajamento: entre julho e dezembro, a média de acessos ao site superou em 60% a do ano anterior, com um aumento de 58% no número de usuários.

A modernização das plataformas incluiu a versão em inglês do site e a implementação de audiodescrição via Inteligência Artificial, ampliando a acessibilidade.



Imagem de capa do “Vida na Aldeia”

Nas redes sociais, o LinkedIn se tornou uma nova rede da OPAN, atualizada com informações de destaque no campo do indigenismo, com foco na divulgação de parcerias e processos seletivos. O perfil da OPAN no Instagram ganhou seguidores, chegando quase ao dobro de 2024 e favorecendo, assim, a divulgação de assuntos relevantes para a instituição e os parceiros. O quadro “Vida na Aldeia”, que apresenta semanalmente vivências culturais de diferentes povos, tem conquistado alcance e engajamentos relevantes, sendo difundidos também no canal de WhatsApp, perfil no Facebook e YouTube da OPAN.

Os assuntos de relevância tratados pela instituição ganharam visibilidade também na imprensa tradicional e alternativa. Cada vez mais os veículos de comunicação se apropriam de levantamentos realizados pela OPAN no campo das pressões aos territórios indígenas, assim como das iniciativas voltadas à qualidade de vida das populações e aos projetos por ela desenvolvidos em conjunto com os povos.



Viagem ao território do povo Enawene-Nawe. Foto: Helena Corezomáé/OPAN

5. TRANSPARÊNCIA

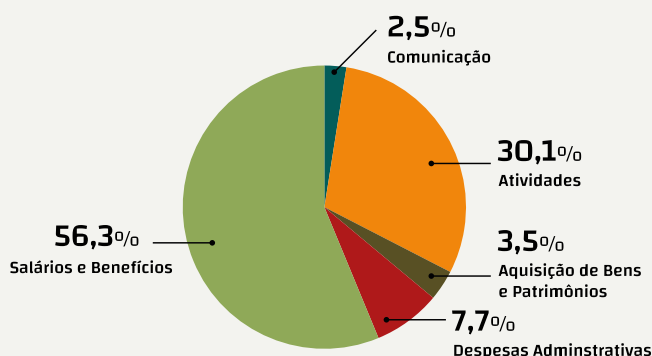
Ao longo do ano de 2025, a OPAN executou 35 projetos voltados à gestão territorial, ao fortalecimento organizacional e à promoção dos direitos dos povos indígenas. As iniciativas foram viabilizadas por meio de uma estratégia diversificada de captação de recursos, envolvendo organizações da sociedade civil, empresas privadas e instituições públicas, nacionais e internacionais. Entre os parceiros apoiadores estiveram fundações e fundos dedicados à defesa dos direitos humanos, à proteção ambiental e ao fortalecimento da sociobiodiversidade.

Reforçando seu compromisso com a governança, a transparência e a conformidade institucional, a OPAN realiza anualmente uma auditoria independente de suas demonstrações financeiras e contábeis, assegurando a observância das exigências legais e regulatórias, bem como a adequada aplicação dos recursos administrados pela instituição.

Dos 35 projetos executados no período, 15 foram encerrados em 2025, com a devida apresentação de prestações de contas aos financiadores. Ao longo do exercício, a instituição realizou todas as devidas prestações de contas financeiras de projetos e seis auditorias, além da tradicional auditoria institucional anual, fortalecendo os mecanismos de controle, acompanhamento financeiro e transparência na execução dos recursos.

No período, a instituição recebeu o montante total de R\$ 17.736.501,76 em recursos financeiros, sendo 36,07% provenientes de instituições brasileiras e 63,93% oriundos da cooperação internacional.

Ao longo do exercício, a OPAN executou R\$ 12.968.653,76 na manutenção das atividades institucionais e na implementação das ações previstas nos projetos. Os recursos foram destinados à manutenção de equipes técnicas, despesas operacionais e administrativas, contratação de consultorias especializadas, comunicação institucional, aquisição de equipamentos e apoio direto às atividades realizadas nos territórios indígenas.



Como diretriz institucional histórica, a OPAN prioriza a aplicação de recursos em atividades finalísticas, fortalecendo ações de campo relacionadas à proteção territorial, apoio à incidência política dos povos, fortalecimento comunitário e iniciativas voltadas à geração de renda. Essa estratégia busca assegurar presença técnica qualificada e suporte adequado às demandas apresentadas pelos povos indígenas parceiros da nossa organização.

Em 2025, a instituição contou com uma equipe multidisciplinar composta por 47 profissionais, com atuação vinculada à sede administrativa em Cuiabá e às regiões Araguaia e Noroeste, em Mato Grosso, e também no estado do Amazonas, por meio da subsede em Lábrea e de equipes sediadas em Carauari e Manaus.



Foto: Acervo OPAN

EQUIPE OPAN 2025

Conselho Fiscal

Antonio Miranda de Andrade Neto

Marcos Ramires

Tarsila dos Reis Menezes

Coordenação Executiva

Coordenador geral

Ivar Luiz Vendruscolo Busatto

Coordenador técnico

Gustavo Falsetti Viviani Silveira

Programa Amazonas

Coordenação

Diogo Henrique Giroto

Coordenação de projetos

Felipe Rossoni Cardoso

Indigenistas

Antonio Miranda de Andrade Neto

José Cândido Lopes Ferreira

Leonardo Kurihara

Magno de Lima dos Santos

Tainara Proença

Valdeson Vilaça

Auxiliares de logística

Antonio das Chagas de Paula

Carlos Rodrigues Araújo

Programa de Direitos Indígenas, Política Indigenista e Informação à Sociedade

Coordenadora

Andreia Fanzeres

Gestora de projetos

Maitê Tambelini

Coordenadores de projetos

Renato Rodrigues Rocha

Ricardo da Costa Carvalho

Indigenistas

Cristian Felipe Rodrigues Pereira

Edemar Treuherz

Liliane Xavier

Michel Andrade

Felipe Rios

Samuel Barreto

Advogadas

Brisa Libardi

Márcia Dias

Mariana Lacerda

Fórum Popular Socioambiental de Mato Grosso (Formad)

Secretário-executivo

Herman Hudson Oliveira

Comunicadora

Bruna Pinheiro

Advogada

Bruna Medeiros Bolzani

Programa Mato Grosso

Coordenadora

Artema Lima

Coordenadoras de projetos

Lola Rebollar

Luciana Rebellato

Indigenistas

Adryan Araujo Nascimento

Giovanny Vera

Paulo Eberhardt

Marcelo Okimoto

Rodrigo Tawada

Setor administrativo-financeiro

Gerente administrativo-financeiro

Daniel Luid Campos

Técnicos financeiros

Danilo Santos Neves

Juliana Vieira da Silva

Auxiliares-administrativas

Amylly Beatriz de Souza Silva

Rosângela Aparecida Alves Rodrigues

Secretária

Lucirlene Pereira da Silveira

Contabilidade

Lauro José de Souza

Luis Eduardo P. dos Santos

Serviços gerais

Muryel Cristina Dias Otoni

Estagiárias

Irene Borges de Oliveira

Kamila França de Souza

Setor de comunicação

Coordenadora

Dafne Spolti

Comunicadores

Helena Corezomaé

Talita Oliveira

Túlio Paniago

Apoio na Sede/Cuiabá

Rosa Maria Monteiro



Sementes colhidas pelas mulheres Xavante. Foto: Marcelo Okimoto/OPAN

FINANCIADORES









ENDEREÇOS E CONTATOS

Nossos canais

amazonianativa.org.br

secretaria@amazonianativa.org.br

    @operacaoamazonianativa

Endereços

Cuiabá, MT | Av. Ipiranga, 97, Goiabeiras | CEP 78032-035 | +55 (65) 3322-2980

Lábrea, AM | Av. 22 de Outubro, 1759, Centro | CEP 69830-000 | +55 (97) 3331-1737

